



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
1
2

**49ª Reunião da Câmara Técnica de Controle e
Qualidade Ambiental.**

Brasília/DF.
18 de Outubro de 2011.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

460 SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Bom dia a todos. Desculpe um
47pouco o atraso. Temos quorum? Podemos começar a nossa 49ª Reunião da
48Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, uma reunião que nós
49estamos prevendo só para o dia de hoje, com exceção das outras reuniões que
50principalmente fontes fixas nós estávamos fazendo isso de três dias, então, dá
51em encurtada hoje. E nós temos nessa reunião dois pontos relevantes, um é
52em relação a 418 proposta de revisão que nós tínhamos aprovado na Câmara
53Técnica de Controle e Qualidade e que foi encaminhada à Câmara de
54Assuntos Jurídicos e depois eu vou entrar um pouco mais nesse ponto, pediu a
55devolução em cima de argumentações de caráter procedimental. E também
56temos hoje aqui a discussão de resultados do GT que discutiu os aspectos das
57responsabilidades fabricantes e importadores quanto às tecnologias voltadas
58ao atendimento dos limites do PROCONVE. O resultado do avanço que nós
59temos feito nessas resoluções foi ter colocado padrões tecnológicos cada vez
60mais restritivos e que trazem também com isso uma complexidade muito
61grande na sua implementação. Então, essa Resolução, essa proposta deverá
62ser apresentada para a discussão da Câmara. Mas, vamos assim seguindo
63com o nosso roteiro de sempre, eu gostaria de perguntar se existe alguma
64observação em relação aos resultados e transcrições da 48ª reunião da
65CTCQA, que é a Câmara Técnica e a transcrição da 44ª, que foi numa época
66que nós não tínhamos, nós estávamos com problema do contrato aqui do
67registro das reuniões e que foi disponibilizado no site, a informação que a
68Daline me passou e que está a disposição para qualquer observação que os
69senhores e senhoras tem. Se não há nenhuma observação, então, nós
70consideramos aprovado o resultado das transcrições e nós passamos aí para
71Ordem do Dia. Como eu falei, nós temos na Ordem do Dia esses dois
72processos, essas duas questões, dois temas e também ao encerrar da reunião,
73nós vamos ter o informe sobre o GT de Dragagem, o Dr. Robson virá aqui. Eu
74queria propor que nós déssemos esse informe no início da tarde, vai ser um
75informe de 10, 15 minutos só para esquentar a nossa reunião e depois nós
76temos outros informes relacionados ao Regimento Interno e a questão da
77Câmara Técnica. Eu acho que esse do Regimento Interno, a Adriana que vai
78dar o informe? A diretora, Drª. Adriana. Então, pergunto se há alguma
79observação em relação a nossa Ordem do Dia, os informes? Então, aprovada a
80nossa pauta. Vamos passar então, item 3.1, que é o processo de revisão da
81418 e que como eu tinha informado, foi aprovado na reunião acho que de abril
82ainda, e foi encaminhada à Câmara de Assuntos Jurídicos e a Câmara de
83Assuntos Jurídicos pediu para retornar para a Câmara da Controle e
84Qualidade, fazendo algumas observações no sentido de aspecto de
85procedimento, de documentos e que nós entendemos, eu como presidente eu
86poderia responder plenamente sem precisar trazer para a Câmara Técnica.
87São razões que justifiquem resubmeter a esta Câmara, mas eu fiz questão de
88trazer à Câmara, tem duas questões que eu acho importante. Primeiro que na
89Câmara de Assuntos Jurídicos nós tivemos uma disponibilização de um
90parecer técnico da CETESB e que a CETESB, por não poder estar presente
91àquela discussão à época, eu acho que fez questão de registrar essa posição e
92registrou essa posição dentro da Câmara de Assuntos Jurídicos. E acharam
93importante a CETESB explicar o seu entendimento que a CETESB é o grande
94“esteio” de todo o PROCONVE desde o início desse processo, e tem um outro
95aspecto também que eu queria que disponibilizasse, nós recebemos uma carta

96do secretário Eduardo Jorge informando sobre as preocupações que ele tem
97em relação a essa demora da definição dos novos parâmetros porque como
98nós já tínhamos discutido aqui na Câmara Técnica, avaliação da Prefeitura de
99São Paulo, os dados que eles tem, já tínhamos apresentado aqui, assim como
100o Rio de Janeiro também nos disponibilizou informações, levará à grande
101reprovação no Programa de Inspeção Veicular na parte que diz respeito às
102motocicletas, o que a Câmara Técnica aqui entendeu como um elemento
103relevante quando definiu esses parâmetros, como interessa a nós que nós
104começamos um programa de expressão veicular com 80% de reprovação. Isso
105não parece a melhor estratégia, até porque estamos trabalhando aqui com
106padrões nacionais, até porque os estados entenderem os seus programas do
107controle de poluição. Há a necessidade de fatores mais receptivos, eles podem
108também definir esses fatores mais receptivos. Então, dentro da perspectiva de
109metas progressivas, que foi trabalhada no âmbito Câmara Técnica, nós
110achamos importante a CETESB explicar a sua posição porque esse parecer
111entra fora do contexto da discussão que teve na Câmara Técnica, parece no
112que âmbito do Câmara de Assuntos Jurídicos e nós achamos que seria
113importante, na Câmara Técnica, receber esse informe da CETESB sobre a
114posição de São Paulo em relação ao programa da Resolução do CONAMA
115148. E outro aspecto é realmente fazer uma discussão sobre essa solicitação
116aqui em virtude de não poder fazer essa alteração, o Secretário de Meio
117Ambiente de São Paulo, o Dr. Eduardo Jorge nos solicita uma discussão que
118seja estudada a possibilidade de apresentar na Plenária do CONAMA em
119novembro uma proposta de extensão do prazo de vigorar esses novos
120parâmetros se nós não conseguirmos resolver essa situação, para nós é muito
121ruim, o ideal é que nós conseguíssemos resolver essas questões no âmbito do
122CONAMA e evitasse essa que saísse da nossa governabilidade até com
123próprias ações judiciais e liminares. Nós entendemos que esse processo é um
124processo que está ainda na nossa governabilidade, nós podemos garantir que
125ele seja tranquilo. Então, feitas essas observações, a ideia não é nós
126reabrirmos essa discussão eu estou trazendo justamente porque eu vejo
127importantes esses esclarecimentos. Pretendo fazer um relatório disso para
128encaminhar à Câmara de Assuntos Jurídicos retratando que foi todo o
129processo e tem questões que a foram mencionadas, embora nós achemos que
130não sejam relevantes também, nós também vamos atender, mas vejo que a
131não ser que haja o entendimento de reabrir essa discussão, seria nós
132pautássemos essa discussão por esses primeiros informes da CETESB
133explicando a sua posição e depois nós abríamos essa consideração, essa
134reflexão sobre os impactos que o secretário Eduardo Jorge traz para o
135programa de controle e poluição de São Paulo, que é um dos poucos que estão
136em implementação e que, vamos dizer assim, traz a nós essa preocupação.
137Todos esclarecidos sobre o nosso encaminhamento? Por favor, Cristina da
138CNI.

139

140

141**A SRª MARIA CRISTINA YUAN (CNI)** – Eu só queria entender melhor um
142pouco o que houve, o que ele está exatamente pleiteando.

143

144

145 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Nós não disponibilizamos, até
146 poderia ter disponibilizado isso no site porque nós temos uma parte aqui do
147 CONAMA só disponibilizado quando chega em tempo hábil. Eu acho que, às
148 vezes, nós podíamos até encaminhar para o secretário não só disponibilizar no
149 site, mas também enviar para os secretários. E o secretário Eduardo Jorge faz
150 algumas afirmações decorrentes do processo, fala dos dados que a Prefeitura
151 de São Paulo trouxe e menciona que no caso dos veículos de 2009, o índice de
152 reprovação poderá atingir cerca de 80% categoricamente aqui e propõe, por
153 esta razão, a Secretaria do Meio Ambiente envia à presença da Vossa
154 Excelência, no caso está encaminhada à Ministra, solicitar providência em
155 caráter de urgência para que se inclua na pauta da próxima reunião do
156 CONAMA, pedido do Ministério do Meio Ambiente para prorrogação desse
157 prazo que é mais um exercício. O Rudolf tem o art. 3º, queria passar de dois
158 para três anos. Esse é o pedido de São Paulo. Na realidade, estou informando
159 vocês, todos aqui até porque é importante que nós levemos para as nossas
160 instituições e construamos uma posição convergente para Plenária de
161 novembro, que eu acho que esse processo é um processo que tem que ser
162 trabalhado. Não presenciemos aqui aprovar uma resolução de apoio, mas eu
163 acho que seria importante nós avaliarmos um pouco os impactos e até que isso
164 conste na nossa discussão aqui como ponto de que houve essa reflexão. Dr.
165 Cristina, ficou claro? Eu vou pedir para todo mundo fazer uma cópia para
166 disponibilizar para cada um dos Conselheiros.

167

168

169 **SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Só uma complementação bem rapidinha
170 para ficar bem claro. A 418 dizia que os programas vigentes teriam dois anos
171 para se adaptar a 418, que eles poderiam usar as regras anteriores por dois
172 anos, e que o secretário está pedindo é que isso seja expandindo para três
173 anos, que eles tenham mais um ano para usarem as regras anteriores da 418
174 ao invés dos dois, que os dois anos vencem exatamente agora em novembro,
175 mês que vem.

176

177

178 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Eu queria passar para o Dr.
179 Bevilacqua que representa São Paulo, para nos informar e a Câmara Técnica
180 sobre a posição do Governo do Estado de São Paulo e depois nós podemos
181 abrir para algum comentário e fazer uma reflexão sobre essa questão que
182 secretário Eduardo Jorge traz para nós, e nós temos aqui também o Governo
183 do Estado do Rio de Janeiro, também o que isso pode implicar para o Governo,
184 acho que deixar isso claro porque fundamental que nós tenhamos
185 governabilidade sobre esse processo e deixar muito transparente o que a
186 Câmara Técnica está entendendo como adequada estratégia para esse
187 processo de implementação dos Planos de Controle de Poluição Veicular que
188 estão, a maior parte dos Estados, agora, está concluindo nesse momento, a
189 instabilidade realmente não ajuda em nada esse processo nacional. Então,
190 Bevilacqua, a palavra é contigo.

191

192

193 **SR. JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA (Governo de SP)** – Senhor
194 presidente, bom dia, bom dia a todos os Conselheiros, representantes, eu

195venho aqui representar a posição do Estado de São Paulo e talvez se eu
196precisar de alguma complementação técnica, o engenheiro Vanderlei Bonsani
197está aqui comigo para poder me ajudar. Bom, o assunto que diz respeito à
198revisão da Resolução 418 particularmente a tabela 3 do anexo I, ela estabelece
199os limites nacionais de emissão de monóxido de carbono, isto é,
200hidrocarbonetos e a pedido dessa avaliação, a CETESB produziu uma
201informação técnica elaborada pelos nossos especialistas que dá conta de um
202valor limite de 1% de monóxido de carbono para emissões a partir de 2009.
203Atingindo essa condição desses limites. Então, importante deixar claro que
204essa informação técnica é consubstanciada por toda uma base técnica de
205conhecimento histórico que a empresa tem, companhia ambiental do Estado de
206São Paulo tem e que justifica de uma forma clara a Constituição desse valor.
207Mas, ocorre que ao mesmo tempo é possível se perceber também que esse
208valor ganha, como já foi apontado pelo Dr. Volney, ganha um aspecto
209restritivos importante do ponto de vista do cenário nacional e que, portanto,
210sendo assim, o próprio programa de inspeção veicular de nível nacional pode
211ficar severamente comprometido em função desses valores que ganham em
212caráter restritivo. O valor tecnicamente aceito é, como eu disse, ele
213consubstanciado por todas as informações, mas ele é parte do processo. Nós
214estamos discutindo aqui. Ele é parte do processo. Então, nesse sentido,
215aconteceu uma negociação, uma discussão entre a própria direção da
216CETESB com o Secretário Adjunto do Meio Ambiente, o Dr. Rubens Rizek, e
217essa discussão segue exatamente a posição que o IBAMA assumiu de uma
218proposta de modificação da tabela 3, me corrija se eu estiver errado, mas seria
2192% acima de 205 cilindradas e 2,5% abaixo de 250 cilindradas de limite de
220emissão. Então, o que eu queria deixar bem claro aqui é que não obstante ao
221fato que a CETESB, no seu parecer, ressalte essa manutenção do valor de 1%,
222é um valor como eu estou considerando um valor restritivo, nós temos que
223considerar que nesse momento a implantação do programa nacional de
224inspeção veicular em vários estados vai, na sua essência, levar a uma
225adequação das emissões de todos os estados. Isso inevitavelmente. Portanto,
226esse valor de 2,5% permite que o programa não seja inviabilizado em nível
227nacional. Que é como eu ressaltai anteriormente, se nós, de cara, adotarmos
228um critério como esse, ocorre-se um sério risco de se inviabilizar em nível
229nacional a implantação de todos esses programas. E também é importante
230destacar que nós teremos a fase quatro agora do PROMOT que a partir de um
231de janeiro de 2014 vai necessariamente, é uma condição de pré-requisito, ele
232vai impor limites já mais restritivos em si, ele já está trazendo a questão dos
233limites mais restritivos, isso vai, indubitavelmente levar ao melhor desempenho
234dos veículos, as suas emissões e, portanto, já em 2014, com essa fase 4 do
235PROMOT esses valores serão revistos. Então, pensando-se nessa linha de
236metas progressivas, como nós estamos discutindo aqui, até o próprio Dr.
237Volney falou um pouco dessas metas progressivas e nós concordamos com
238isso, é previsível que nesse mesmo nós tenhamos 2,5% em todo o país do que
239nós fiquemos sem um valor e, portanto, nós não temos como equalizar os
240avanços da implantação dos programas nos respectivos estados. Porque se
241nós ficamos sem essa referência, nós não temos como equalizar essas metas
242progressivas e, portanto, aprimorar a implantação dos programas nos estados.
243Então, a nossa posição aqui, Dr. Volney, que eu estou trazendo em nome
244como eu disse do Secretário Adjunto, Dr. Rubens Rizek, com a direção da

245CETESB é que nós possamos encaminhar no sentido de 2% e 2,5% com o
246valor, acompanhando a posição da Câmara Técnica. Coloco-me a disposição
247de esclarecimento se alguém quiser tirar alguma informação nesse sentido.

248

249

250 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Bevilacqua, eu
251acho importante porque esse é um processo em que a Câmara Técnica não
252precisa de unanimidade, mas nós queremos que tenha espaço para construir
253suas convicções, que nós saibamos o que nós estamos discutindo e realmente
254trazer essa informação e trazer o depoimento e as diferentes perspectivas que
255nós possamos ter no âmbito que está representado no CONAMA. Eu achei que
256é importante esse primeiro ponto, registrar para mostrar essa convergência e
257que estamos tendo com o Governo do Estado de São Paulo, todos estavam
258presentes na reunião que a Câmara deliberou sobre a aprovação e pergunto,
259nós temos aqui o representante da Prefeitura de São Paulo o senhor Sérgio foi
260também presente, nós temos depois o ponto seguinte vai ser as observações
261do Dr. Eduardo o secretário Eduardo Jorge apresentou, mas eu gostaria de
262saber se tem alguma consideração em relação a esse ponto aqui que nós
263trouxemos as observações da CETESB, que não tem muito a se observar
264porque é uma observação no que fundo que é um posicionamento do Governo
265do Estado de São Paulo. Soraggi, CONAMA nacional com o parecer da
266CETESB.

267

268

269 **SR. LUIS EDUARDO SORAGGI (ANAMMA NACIONAL)** – Concordância
270total com o parecer da CETESB e mantendo os parâmetros.

271

272

273 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Esse foi o primeiro ponto. O
274segundo ponto eu gostaria de passar as cópias para os nossos Conselheiros
275para eles terem em mãos isso facilita muito. E aí não sei se o Dr. Rudolf pode
276fazer uma observação mais geral sobre o que essa carta traz, porque na
277verdade são as implicações daqui a pouco que nós temos que discutir porque,
278na realidade, como a Câmara de Assuntos Jurídicos não considerou essa
279questão do prazo, com peso a sua avaliação que eu tenho que lamentar
280porque realmente ela traz para a Câmara Técnica de Controle de Qualidade
281uma discussão que nós já tínhamos, a princípio, dado a nossa contribuição,
282mas diz aqui que houve essa observação, nós reapresentamos aqui até para
283aproveitar esse tempo que nós estamos tendo porque vai ser reavaliada, já
284está pautada para a próxima reunião da Câmara Técnica de Assuntos
285Jurídicos, mas nós temos um problema de tempo aí e nós temos a situação
286clara que quando chegar na próxima reunião da Plenária do CONAMA, pode
287haver pedidos de vista e pode haver a necessidade daqui a pouco de nós
288apresentarmos alguma coisa em caráter de urgência talvez dentro desses
289moldes que próprio secretário Eduardo Jorge apresenta no instituto de tentar,
290vamos dizer assim, construir uma posição que dê estabilidade para a
291implementação principalmente no curto prazo no programa de São Paulo, mas
292a médio prazo, que a partir de junho aí os processos de contratação já de
293implementação nos planos de controle começam nos Estados, nós não

294 deixamos isso simplesmente sem uma clara definição por parte do CONAMA.
295 Eu não sei se o Dr. Rudolf gostaria de fazer uma observação.

296

297

298 **O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** - O que me parece é exatamente isso que
299 o presidente está levantando, porque vejam nós digamos que haja esse
300 encaminhamento hoje na Câmara Técnica e na Câmara de Assuntos Jurídicos
301 que se reúne a semana que vem o Plenário é em meados de novembro, se
302 isso for aprovado em Plenário, eles teriam um mês e meio para as devidas
303 adaptações ao início do programa no ano que vem, o Governo do Estado do
304 Rio de Janeiro é a mesma coisa. Mas, qualquer falha nessa estratégia levaria a
305 um problema grave porque o número vigente na 418 é um de CO. Então, o que
306 me parece que a prefeitura solicita como se fosse algo como um plano B ou
307 uma garantia de que haja essa possibilidade de que se estender por um ano
308 aqueles dois anos iniciais para três para que eles pudessem mais um ano usar
309 os valores anteriores, ou seja, todo o programa antes da vigência da 418. Nós
310 conversamos agora um pouco com o pessoal do Rio de Janeiro também eu
311 quero talvez o André também queira falar, o Estado do Rio de Janeiro ainda
312 não levantou esse sinal vermelho pela seguinte questão, eles consolidaram
313 agora os dados de 2009. Nós estamos falando das motos fabricadas a partir de
314 2009, portanto, que só foram inspecionadas a partir de 2010, e o Estado do Rio
315 de Janeiro não tem esse número que a prefeitura de São Paulo já tem, então
316 eles não tem como fazer uma estimativa de quanto seria uma reprovação com
317 base em um ou em dois, mas eu tenho certeza que para eles quando eles
318 estiverem também os números de 2010 consolidados, o sinal vermelho vai
319 acender porque o nível de reprovação realmente vai ser muito alto pelo que
320 nós vimos na última reunião de Câmara Técnica onde isso foi exaustivamente
321 demonstrado pela prefeitura. Eu acho que a intenção do Secretário Municipal
322 de São Paulo é essa é que haja esse plano B na hipótese de que a primeira
323 estratégia não consiga chegar a tempo.

324

325

326 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Dr. Sérgio, representante
327 ANAMMA Sudeste.

328

329

330 **O SR. SÉRGIO FORINI (SVMA-SP)** - Bom dia o que eu queria que o Dr.
331 Eduardo Jorge colocou o grande problema não é os dois anos também é em
332 novembro porque novembro nós estamos no meio da inspeção e São Paulo no
333 meio da inspeção dos veículos e motos 9 e 0. Então, se for plantado nós temos
334 que mudar o sistema e aí vai ter o pessoal que foi antes e nós mudamos os
335 índices. Então, que ele pede é que seja sempre para o próximo ano do
336 exercício, que para nós começa em fevereiro. Então, que quando nós pedimos
337 também isso era não começar em novembro, mas começar no próximo
338 exercício que está pedindo também fora essa prorrogação para ter os ajustes
339 dentro do nosso sistema.

340

341

342 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Eu acho naquela realidade isso
343 não tem sentido montar um padrão no meio de uma campanha. O ideal seria

344que realmente que os padrões fossem vigentes a partir de primeiro janeiro e
345todos que passem por aquela revisão naquele ano serão avaliados da mesma
346forma. Obrigado por esclarecer isso, completar a nossa interpretação do texto
347do secretário Eduardo, a palavra está aberta porque de uma certa maneira nós
348vamos ter que tentar encaminhar.

349

350

351**O SR. MÁRCIO BERALDO VELOSO (IBAMA)** - Bom dia a todos, Márcio
352Beraldo Veloso do IBAMA, eu só queria fazer um depoimento rápido, nós
353estamos conversando sobre uma Resolução 418 que trata da implementação
354de inspeção veicular, só que nós estamos falando de um assunto que está
355próximo de fazer 20 anos, pelo menos 19 anos da Resolução 7 de 93 que já
356havia iniciado já havia regulamentado a inspeção veicular, ou seja, nós
357precisamos fazer um esforço para que nova celeuma não venha a evitar que
358um programa de inspeção nacional venha a ser implementado novamente por
359falhas de algum tipo. A Resolução 7 do CONAMA de 93 já estabelecia as
360implementações do programa de inspeção veicular e mesmo assim
361praticamente não houve inspeção veicular no Brasil a não ser iniciada no
362Estado do Rio de Janeiro. Então, é importante que se tenha em mente isso não
363devemos trazer mais celeumas mais discussões que venham a trazer
364dificuldades para que seja implementado nacionalmente o programa de
365inspeção veicular. Era isso.

366

367

368**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - A palavra está aberta eu acho
369que nós temos uma questão que nós vamos ter que amadurecer até a Plenária,
370o Ministério vai se debruçar, eu acho que ABEMA também, Dr. Elias, tem um
371papel fundamental dentro desse processo, os próprios estados estão nesse
372momento de concluir e começar o processo de implementação desses planos e
373me parece que essa instabilidade não ajuda esse processo. Então, isso acho
374importante que a ABEMA reflita sobre isso porque nós não podemos deixar
375essa situação afetar a estabilidade de programas com o programa de São
376Paulo e Rio de Janeiro que são dos dois únicos elementos que nós temos hoje
377para poder até juntar informações para tentar propor uma estratégia nacional.
378Então, eu queria deixar aberta para intervenção. Dr. Soares.

379

380

381**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Soares,
382Fundação Rio Parnaíba. Eu acho que nós temos que começar a implementar e
383no decorrer do processo é possível que se corrijam falhas jamais impedir ou
384atrasar a implementação desse programa no Brasil. Todos os municípios por aí
385já estão também na expectativa e que esse programa comece a deslançar e
386que eles comecem a cobrar. Então, será em benefício para todo o Brasil e para
387o setor industrial que vai ter que se aprimorar ao longo do processo. Então,
388seja implementado o mais rápido possível.

389

390

391**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Doutor Bocuhy.

392

393

394 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** - Bom dia, eu queria
395 trazer um pouquinho, Volney, toda essa questão para a discussão de fundos,
396 em relação a todo esse nosso esforço, ele está envolvido diretamente com a
397 punição da poluição atmosférica em regiões como São Paulo, Rio de Janeiro.
398 O MS publica recentemente um estudo que diz que o Rio de Janeiro é uma das
399 cidades mais poluídas do mundo e São Paulo, nós temos agora no período de
400 inverno, um índice preocupante de 20 mortes por dia em função de poluição
401 atmosférica. É sabido que as motocicletas são altamente poluidoras e se contra
402 nesse processo São Paulo, por exemplo, nós temos um contingente de
403 motoboys considerável, o uso de motocicleta é muito elevado, então essa
404 discussão que se trava não pode perder de vista o objetivo prioritário da
405 inspeção veicular, que é levantado com muita clareza pelo IBAMA, que a
406 diminuição do índice de poluição de São Paulo. Qualquer dilação de prazo que
407 seja colocada vai implicar em agregar mais poluentes à atmosfera de São
408 Paulo, ou seja, se nós perdermos de vista o princípio que nos traz a esta
409 discussão, nós vamos estar não adotando a melhor estratégia, mas sendo
410 tímidos numa estratégia que pretende resolver um problema de poluição que
411 vitima, no inverno, 20 pessoas por dia na região metropolitana de São Paulo.
412 Então, eu acho que não é possível que se advogue essa discussão com base
413 na perspectiva de uma estratégia mais tímida, mas que nós devemos ter uma
414 estratégia corajosa e que possa realmente fazer frente a esse elemento de
415 importante de proteção de saúde pública.

416

417

418 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Eu queria você comentasse, eu
419 acho que importante porque ele coloca um plano de fundo e com certeza eu
420 queria depois o Dr. Rudolf diferenciasse, dizendo claramente o entendimento
421 que Ministério tem sobre esse processo como nós queremos começar essa
422 discussão.

423

424

425 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** - Em outubro do ano
426 passado, nós entramos no CONAMA com uma solicitação de revisão do
427 CONAMA 203/1990, que está defasado em 20 anos com relação aos padrões
428 de qualidade do ar de acordo com os volumes indicadores da Organização
429 Mundial da Saúde. Em São Paulo nós fizemos a proposta do Conselho
430 Estadual do Meio Ambiente, conseguimos avançar para uma contextualização,
431 o CONSEMA recentemente aprovou, mas na área nacional nós ainda não
432 temos essa contextualização. Então, nós estamos reiterando a Ministra que
433 sobre a necessidade de que nós atualizemos os padrões de qualidade do ar no
434 Brasil e certamente a atualização de padrão de qualidade do ar vai exigir das
435 políticas públicas, as políticas de controle um maior empenho e uma atitude
436 mais corajosa do que essa que nós estamos vendo aqui hoje. Então, a nossa
437 posição, do PROAM, do Movimento Ambiental do Estado de São Paulo em
438 defesa de saúde pública, em defesa da melhoria da qualidade do ar da região
439 metropolitana e, conseqüentemente, do Rio de Janeiro e todas as regiões
440 saturadas do Brasil, então nós queremos que realmente essa revisão seja feita
441 para que nós avancemos nas políticas de controle no Brasil.

442

443

444 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Eu acho importantíssimo registrar
445 essa demanda. Eu queria que o Rudolf fizesse uma intervenção, o Ministério
446 recepcionou e está dando os encaminhamentos internos para que nós
447 possamos estabelecer uma discussão em relação a isso.

448

449

450 **O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** - Nós temos uma convicção muito grande
451 da necessidade de rever o padrão nacional da qualidade do ar e a vontade
452 nossa do corpo técnico da direção do Ministério que seja feito, o que nós não
453 queríamos era ter iniciado uma discussão isolada de uma revisão de padrão
454 nacional de qualidade do ar, mas que tivéssemos um conjunto de ações
455 interligadas e abrangentes que levasse a uma ação coordenada nossa. Então,
456 nós já nos comprometemos, o nosso próprio secretário, Dr. Nabil já enviou ao
457 DCONAMA um documento que nós devemos iniciar essa discussão no início
458 do ano que vem com estabelecimento de um GT no âmbito da Câmara Técnica
459 para que nós discutamos essa revisão já são mais de 20 anos. A maioria das
460 pessoas com quem eu tenho conversado, tem se esforçado muito no
461 encaminhamento dessa discussão. Inclusive, de que nós possamos talvez
462 adotar no Brasil o padrão da OMS, esse é o meu posicionamento pessoal e de
463 muitos técnicos que eu tenho conversado, não é ainda um posicionamento do
464 Ministério do Meio Ambiente, a nossa vontade é essa, e que nós temos esse
465 compromisso de iniciar essa discussão no início do ano.

466

467

468 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** - Só uma questão
469 importante, que a organização mundial da saúde nos falou dos indicadores, ela
470 não dá conta da realidade brasileira na medida em que nós temos, por
471 exemplo, a emissão aldeídos provenientes da queima de álcool combustível e
472 outros elementos que poderiam ser trabalhados colocar essa ressalva.

473

474

475 **A SR^a. MARIA CRISTINA YUAN (CNI)** – Eu acho que foi dito aqui uma coisa
476 uma questão importante, que é a questão da saúde pública, principalmente das
477 grandes metrópoles, mas assim o que nós também temos que perceber é que
478 está largamente associado às políticas públicas da área de transporte. Então, o
479 que nós vemos nas cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e várias outras
480 é que tem se privilegiado, no transporte, dentro dos municípios, o transporte
481 por veículos, por ônibus, não via metrô ou várias outras, por exemplo, no Rio
482 de Janeiro, estão previstos grandes eventos nos próximos anos, o que nós
483 vemos e eu moro na área da Barra, são alargamento de pistas para que
484 possam beneficiar, discordo, mais veículos ainda, em vez de privilegiar o meio
485 de transporte coletivo, mais rápido e mais ágil. Então, o que acontece? Hoje
486 em dia todas as pessoas precisam se deslocar com muito mais rapidez e
487 muitas vezes o fazem através de motos ou até mesmo de carros devido à
488 ineficiência das políticas públicas na área de transportes. Então, eu acho que,
489 vamos dizer, está tudo ligado essa questão de meio ambiente da questão dos
490 padrões de qualidade do ar só vão avançar se outras áreas do Governo
491 trabalharem de forma conjunta, é muito mais macro do que nós imaginamos e
492 muito mais interligado do que nós imaginamos. Eu acho que essa é uma
493 questão internamente, dos governos tanto do federal como dos estaduais, isso

494tem sido discutido de uma forma mais integrada, senão nós não vamos
495resolver porque se colocar nos padrões de qualidade e as pessoas precisam
496continuar se deslocando porque, todos têm que ter o seu ganha pão do dia a
497dia, não tem como resolver essa questão, realisticamente falando.
498Especificamente, em relação a essa Resolução pelo que eu entendi, quer dizer,
499há uma revisão (...) São Paulo que está se estabelecendo por essa nova
500proposta de padrões nacionais que localmente, estadualmente, cada órgão
501responsável pelo assunto poderá definir os melhor níveis.

502

503

504**SR. LUIS EDUARDO SORAGGI (ANAMMA NACIONAL)** – Uma dúvida.
505Como que será o trâmite para a análise do pleito de São Paulo para o
506adiamento da recepção dos novos parâmetros?

507

508

509**SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Na realidade como já foi feito, nós
510vamos ter uma Plenária agora em novembro, nós pretendemos aí construir um
511entendimento primeiro nós trabalhamos ainda firmemente no objetivo de
512aprovarmos essa revisão. Então, eu acho que aprovando essa revisão, maior
513parte desse problema está resolvido. Dentro desse cenário é claro que tem um
514cenário que é o cenário, vamos dizer assim, que nós entendemos como
515inadequado, sob vários aspectos, nós deveremos aí negociar uma
516apresentação de um momento para tentar minimizar esse impacto uma
517Resolução em caráter de urgência que aí a presidência pode apresentar
518regimentalmente para tentar trabalhar esse processo, mas esse processo
519promete ser uma surpresa, nós já trouxemos aqui, todos temos ciência que
520existe essa demanda do Estado de São Paulo. Agora, não acho que seja, o
521caso, nós discutirmos isso na Câmara, porque eu continuo trabalhando que o
522bom senso vai imperar e nós vamos conseguir resolver no âmbito do CONAMA
523essa questão da revisão desses parâmetros que me parece aqui tem um largo
524entendimento da sua convênios. Ok? Eu acho que essas seriam as questões
525de mérito eu acho que nós meio que esgotamos já esse ponto eu não sei se
526teria nada mais a adicionar. Já que vamos abrir deixa-me dar a palavra. Eu
527preciso que seja registrado com identificação.

528

529

530**SR. GABRIEL MURGEL BRANCO (ENVIRON MENTALITY)** - Meu nome é
531Gabriel Branco, bom dia a todos. Eu queria só esclarecer essa questão do
532prazo, da questão prática dele não é necessária uma ampliação do prazo por
533mais um ano como foi dito. É preciso unir a data de início com o início do
534exercício. Então, se resolver hoje, até o final do ano, até novembro mesmo,
535seria um acréscimo de um prazo de um mês para recomeçar só no próximo
536exercício para vencer dezembro, sem mudar padrões do programa durante a
537sua execução. Para evitar problemas do tipo: digamos que mude no dia 25 de
538novembro, como está previsto, o sujeito é reprovado não dia 24, com 6,1% de
539CO (...) D e no dia 26 ele volta feliz da vida com 3%, e é reprovado de novo
540porque agora o padrão é 2,5%. É só para evitar esse tipo de problema que
541gera reclamação. Não é dar mais um ano para apreender alguma coisa. É
542começar no dia 1º de fevereiro ou em qualquer outro dia do ano. A questão da
543redação que o secretário fez é muito feliz porque ele fala que no próximo, no

544exercício imediatamente posterior à publicação da decisão, qualquer que ela
545seja. Então, se publicar até 31 de dezembro, vale para o ano que vem como
546está esperado. São duas questões que é claro...

547

548

549(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

550

551

552**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que têm questões que
553não estão realmente abrindo essa discussão. Nós vamos propor uma
554Resolução, e nem acho que seria adequada fazer isso nessa reunião, porque
555como todos estão recebendo isso agora, como é que nós vamos construir um
556entendimento. E aí, nós, na reunião do CONAMA, vamos ter mais elementos
557para saber o tamanho desse problema: se ele vai ser um problema que vai ter
558duas ou três dimensões, ou se isso aí faz com que nós estejamos sob alerta.
559Acho que essa é uma questão que tem mérito, não tem alto grau de
560complexidade, sob o aspecto de avaliação, de um problema restrito, mas nós
561temos que ter, vamos dizer assim, um grande acordo institucional para fazer
562isso grande dentro desse prazo.

563

564

565**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** - Bem rapidamente,
566é com relação a isso: se há uma justificativa do ponto de vista de estratégia e
567complementação de programa, é claro que isso uma preocupação saudável,
568porque você trabalha com programa de forma pedagógica e etc. Por outro lado,
569a dilação de prazo pode impactar em um elemento de agregar mais poluição à
570atmosfera. Há impacto, essa dilação traz impacto? Eu acho que essa
571justificativa tem que ser muito clara, e não pode ser apenas um ofício de
572secretário dizendo pedagogicamente ou estrategicamente para o programa, e
573ele se sentiria prejudicado em termos de imagem, de setor público. O ano que
574vem é um ano de eleições etc. O secretário parece que é candidato também a
575Prefeito de São Paulo, por um partido. Então, existe toda uma questão que, do
576ponto de vista de controle de poluição, é relevante. Os programas políticos,
577municipais, para nós aqui, eu acho que são importantes na nossa concepção
578cidadã de voto, o que for, mas nós não podemos abrir mão do nosso papel
579institucional que é avaliar qualquer alteração, qualquer dilação de prazo com
580relação aos impactos que trazem a poluição na região de São Paulo.

581

582

583**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nessa questão, tem aspectos
584que eu vou pedir orientação para a nossa consultoria jurídica do Ministério. É
585por isso que eu estou pautando bem, e anoto muito claros aspectos até, vamos
586dizer assim, jurídicos. E eu acho que nós temos porque nós temos um
587problema maior que é justamente essa questão da revisão que já deveria estar
588lá pautada na Plenária do CONAMA, esse é o problema que nós temos hoje,
589que realmente nos preocupa. E essas são questões de caráter de técnicas,
590que nós vamos ter que ver até sob aspecto jurídico, como constroem isso aí,
591que nós podemos também avaliar e construir isso até a Plenária. A ideia é que
592nós construamos os conceitos... Eu trouxe esse elemento aqui hoje, porque eu
593acho que seria fundamental informar a Câmara e dar tempo para a Câmara

594refletir. E nós não somos aqui só, nós estamos dentro do nosso papel junto às
595nossas instituições. Então, temos que orientar as nossas instituições na medida
596em que houver necessidade de esclarecimento ao Ministério do Meio Ambiente
597que está à disposição, a prefeitura de São Paulo aqui também disponível, o
598Governo do Estado do Rio de Janeiro, e nós estamos em um processo de
599implementação e um processo muito dinâmico, com várias facetas, várias
600dimensões. E eu acho que nós temos aqui construído sempre um clima de
601tentar construir consciente, de ter clareza nas convicções, apesar de nós
602muitas vezes ter diferentes perspectiva. Então, eu acho que essa é a ideia. Eu
603pergunto só se a prefeitura gostaria de fazer algum comentário. Porque, no
604meu entendimento da Câmara, nós acabamos reabrindo a discussão a cada
605momento. É importante, mas eu a acho que chega a um momento em que nós
606já amadurecemos.

607

608

609**O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI (SVMA/SP)** - Quando o Dr. Eduardo Jorge
610trouxe uma proposta, ele trouxe uma proposta de implementação do que a
611prefeitura conhece do sistema implantado, do que nós estamos trabalhando
612desde 2008. Nós abrimos um processo de implementação e consolidação do
613projeto. Hoje nós estamos multando nos radares, e a adesão está aumentando
614mais quando começa as multas nos radares. A preocupação da secretaria do
615verde é com uma outra coisa. Se nós começarmos a ter índices muito acima e
616uma reprovação muito grande, caem em descrédito o processo todinho, o
617projeto inteirinho, que está desde 2008 e está muito aceito pela população. Não
618tem parte política. Tem uma coisa de nós estarmos andando, nós estamos
619restringindo os índices a cada ano, mas com base nos bancos de dados, em
620tudo que foi analisado antes. Então, o que o representante de IBAMA colocou
621tem isso, tem desde 1993, tentando implementar. A prefeitura começou em
6222008 e está em índice progressivo. A prefeitura não está aumentando, mas tem
623o risco muito grande de que você colocar em descrédito tudo que foi feito, por
624uma proposta de vamos reprovar 80%. A prefeitura de São Paulo tem um
625posicionamento, nós vamos chegar nesse índice. Mas nós queremos que isso
626chegue através de banco de dados, de todo um estudo, o que nós temos, que
627a prefeitura do Rio tem, discutindo junto e também aqui com a Câmara
628Técnica.

629

630

631**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Tem uma questão só que eu
632queria, assim como eu estou fazendo esse apelo aí para que todos reflitam e
633discutam com as suas entidades em relação a essas decisões que nós vamos
634ter que tomar nos próximos 45 dias, eu queria também chamar atenção para
635algo que eu acho muito importante: que todos dialoguem com os seus
636representantes da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Porque, às vezes,
637eu estou percebendo um certo distanciamento. Nós não podemos ter, na
638mesma instituição, tanto distanciamento entre posições. E eu acho que talvez é
639um trabalho que nós tenhamos que fazer, eu vou ver se eu mesmo vou a essa
640reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, vou fazer um relato desse
641processo todo, porque eu acho fundamental que nós trabalhemos de uma
642forma coesa, em todas as Câmaras no âmbito do CONAMA. Então, eu queria
643pedir, fazer esse pedido, se há algum tipo de esclarecimento, apresentem isso

644aos seus representantes, para que nós possamos (não só segmentos) ter uma
645reunião tranquila, no sentido de nós não precisarmos estar repetindo coisas
646que nós, muitas vezes, a própria questão da legitimidade do representante da
647prefeitura de São Paulo foi arguido dentro desse processo da conduta jurídica.
648Nós achamos que tudo bem, é um processo transparente. Então a pergunta
649pode ser feita e, de repente, ser resolvida lá mesmo, não precisava ter sido
650retornadas para a CTCQA. Então, eu queria fazer esse registro. EU acho que
651nós encerramos esse ponto, ficando claro aí o apoio da CETESB a esse
652encaminhamento, nesse contexto que o Dr. Bevilácqua chamou atenção, e
653esse registro da preocupação que foi encaminhado pelo secretário Eduardo
654Jorge e que o Ministério do Meio Ambiente deverá avaliar e conversar com o
655segmento do CONAMA, no sentido do melhor encaminhamento. Mas, eu
656continuo achando que nós vamos conseguir resolver grande parte desse
657problema, aprovando essa revisão. Então, agradeço. E nós passamos para o
658próximo ponto de pauta que é justamente esse relato aí que o Grupo de
659Trabalho traz agora sobre resultado. Eu peço o Dr. Cláudio Liberman, o
660coordenador geral da diretoria de qualidade do IBAMA e coordenador do Grupo
661de Trabalho, que faça a sua apresentação.

662

663

664**O SR. CLÁUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – Obrigado, doutor Volney. Bom dia a
665todos. É para relatar o resultado do Grupo de Trabalho sobre novas
666tecnologias. Nós fizemos duas reuniões. O Grupo de Trabalho se reuniu por
667duas oportunidades. A última foi em julho passado, quando foi discutida
668amplamente a proposta da nova Resolução. E ficaram pendentes duas
669questões de conceito, que seria um conceito de insumos e algumas exceções,
670que estão dentro do texto da Resolução. Nós recebemos também da
671ANFAVEA um pedido de nova reunião, mas que, como ficaram somente dois
672pontos a serem discutidos, nós achamos que poderíamos trazer à discussão
673aqui dentro da Câmara Técnica. Então, foram recebidas algumas propostas e
674que foram condensadas dentro dessa proposta que está aí na tela. Nós
675gostaríamos de discutir essas propostas que foram encaminhadas.

676

677

678**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Por que você não apresenta todo
679o processo para todos? E depois nós retornarmos a esses destaques. Aliás,
680são destaque que, na realidade...

681

682

683**O SR. CLÁUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – A Resolução, então, que estabelece a
684responsabilidade dos fabricantes e importadores de veículos sobre tecnologias
685utilizadas para o atendimento aos limites de emissões estabelecidas pelo
686programa de controle de questões veiculares. Há uma proposta da ANFAVEA
687no sentido de alguma proposta, que estabelece a responsabilidade dos
688fabricantes e importadores de veículos ou motores sobre as tecnologias
689utilizadas para o atendimento aos limites de emissões estabelecidos pelos
690programas de controle de emissões, além dos fabricantes e importadores dos
691insumos das tecnologias. Esta é a proposta da ANFAVEA. Eu não sei se
692haveria algum comentário sobre isso.

693

694

695 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Uma dinâmica, Cláudio. Nós
696 vamos apresentar, porque depois nós vamos abrir para a discussão. E, na
697 realidade, isso já entra como se fossem emendas ao texto base. Então, vamos
698 fazer uma apresentação geral para passar o objetivo, o pessoal ter contato,
699 explicar, conta a história do Grupo de Trabalho, e depois nós abrimos para a
700 discussão.

701

702

703 **SR. CLÁUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – Então, tem as considerações, que faz
704 referência à Lei 8.723, que dispõe sobre a redução de poluentes por veículos
705 automotores e a Resolução 297 de 26 de fevereiro de 2002, que estabelece
706 limites para emissões de gases poluentes por ciclomotores, por motocicletas e
707 veículos similares novos. Considerando a existência de diferentes tecnologias
708 adequadas, de eficácia comprovada, que permitem atender às necessidades
709 de controle ou poluição, considerando que os veículos depois de
710 comercializados devem manter as emissões de gases poluentes, dentro dos
711 padrões estabelecidos pela fase de exigência, para a qual foi homologado,
712 resolve: 1º Definir obrigações de fabricantes ou importadores de motores ou
713 veículos cujas configurações foram homologadas pelo IBAMA, para
714 atendimento ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos
715 Automotores - PROCONVE ou ao Programa de Controle da Poluição do Ar por
716 Motocicletas e Veículos Similares – PROMOT, referentes às tecnologias de
717 controle das emissões de poluentes de acordo com os parágrafos a seguir. § 1º
718 O fabricante ou importador de veículos ou motores detentores de Licença para
719 uso da configuração de veículo ou motor (LCVM) ou Licença para uso da
720 configuração de motocicletas e similares (LCM) são responsáveis pelas
721 tecnologias de controle das emissões de poluentes neles incorporados. § 2º O
722 fabricante ou importador fica responsável por garantir a disponibilidade,
723 diretamente ou por terceiros, dos insumos não incorporados aos motores e
724 veículos, mas essenciais para o desempenho das tecnologias de controle de
725 emissões por eles adotadas, exceção feita àqueles, objeto de regulamentação
726 específica por órgão competente. § 3º A disponibilidade dos insumos citados
727 no § 2º por outros agentes econômicos, que não os fabricantes ou
728 importadores de veículos e motores, não isenta os mesmos fabricantes ou
729 importadores da responsabilidade definida no § 2º. Novo §. Para fins desta
730 Resolução, entende-se por insumos todo e qualquer produto cuja finalidade
731 específica seja a de prover o adequado funcionamento das tecnologias de
732 controle adotadas pelas configurações homologadas, sendo utilizado
733 diretamente no tratamento das emissões. § 4º O fabricante ou importador deve
734 informar aos proprietários acerca da correta aplicação e funcionamento das
735 tecnologias por ele utilizadas inclusive após comercialização do veículo ou
736 motor. Art. 2º Os fabricantes ou importadores de motores e veículos deverão
737 informar, ao IBAMA, tão logo seja de seu conhecimento qualquer não
738 conformidade identificada, em qualquer configuração homologada, relativas
739 aos itens de controle das emissões de gases poluentes. Parágrafo único. Esta
740 exigência é válida pelo prazo em que o fabricante ou importador garante a
741 manutenção dos níveis de emissão homologados. Art 3º Os fabricantes e
742 importadores de insumos deverão destinar parte de sua produção para
743 atendimento aos fabricantes de motores e veículos, em percentual necessário

29

15

30

744ao abastecimento, em condições de preço de mercado. Art 4º Para
745atendimento da disponibilidade do insumo, o fabricante ou importador de
746veículos ou motores poderá celebrar contrato de distribuição ou concessão,
747observadas as normas pertinentes à comercialização de veículos, peças e
748motores. Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
749Proposta ANFAVEA: Art. 5º Esta resolução entra em vigor em um ano, após a
750data de sua publicação.

751

752

753**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Quem são (...). Por que alguns
754estão em azul?

755

756

757**O SR. CLÁUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – Em azul forma os itens que ficaram
758pendentes...

759

760

761**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Sem consenso? Tem algum
762proponente para esse...? Quem são os proponentes? Tem como saber aí?

763

764

765**O SR. CLÁUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – Em vermelho é ANFAVEA.

766

767

768**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – E azul quem é? Eu estou pedindo
769o esclarecimento... Eu acho que é importante identificações. Porque agora eu
770vou abrir para considerações gerais: o que é, qual é o objetivo, para quem... Aí
771depois talvez nós entremos na discussão mais específica. Mas para nós
772entendermos a necessidade, está claro que há uma necessidade de
773coordenação, cada vez que avançamos nessas questões tecnológicas, mais
774questões têm que ser coordenadas dentro desse processo, e essa Resolução
775procura fazer essa previsão. Então, Cláudio, só para que você me esclareça
776essa questão do azul e depois nós abrimos para o esclarecimento dos
777Conselheiros.

778

779

780**O SR. CLÁUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – As propostas foram...

781

782

783**O SR. MÁRCIO BERALDO VELOSO (IBAMA)** – No GT, o que ficou em azul
784foram as discussões que ficaram adiantadas na discussão geral, mas sem
785definição no final. E o que está em vermelho é que realmente foi proposto pelo
786ANFAVEA e ficou também para decisão. Eu só queria fazer... Posso continuar?
787Eu só queria lembrar o motivo dessa proposição. Com o advento da
788Resolução 403, que estabeleceu o PROCONVE P7, foi necessária a introdução
789dos fabricantes de veículos e novas tecnologias. E essa nova tecnologia trouxe
790insumos que precisaram ser produzidos por terceiros, sem que a indústria
791automobilística se responsabilizasse, tivesse se responsabilizado por esse
792insumo. Então, ficou a cargo de outros a necessidade de cumprir, e eu estou
793colocando claramente, com o ar. Então, a indústria automobilística tem por

794introdução uma nova tecnologia, mas não se responsabilizou pelo ar. E o ar
795acabou sendo de responsabilidade de terceiros. O que se está querendo aqui é
796isso. A partir do momento em que a indústria venha a introduzir nova
797tecnologia, e que se necessidade de algum insumo, aquela definição de
798insumo atende a essa necessidade, é que a indústria se responsabilize por
799todo o insumo que seja necessário para o atendimento da tecnologia em
800caráter complementar. Então, é dentro dessa lógica. Para que se emite alguma
801solução de continuidade em algum processo, que não possa depois dar
802sequência, não só no início do atendimento da fase como a posterior. Ou seja,
803passados 2, 3, 4 anos que o veículo já está no mercado, então não tem mais
804insumo, como é que ficaria o atendimento às emissões em uma situação
805dessas? Então, a impressão que passa é que a necessidade da colocar a
806entrada, em vigor, do insumo dessa Resolução só daqui um ano é que está se
807preocupando se vai ser exigido do ar. Eu acho que estou ajudando aqui, não
808tem problema. O problema é que não se repita a situação que aconteceu do ar.
809

810

811**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu gostaria de
812transferir a palavra para a representante da Companhia do Instituto de Energia
813e Meio Ambiente.

814

815

816**A SR^a. KAMILLA B. CUNHA (IEMA)** – Bom dia a todos. Eu estou no Instituto
817de Energia e Meio Ambiente. Nós participamos do Grupo de Trabalho. A
818proposta de conceituação dos insumos nós já tínhamos levado na primeira
819reunião do Grupo de Trabalho. E por conta dessa discussão, foi levantado que
820o conceito de insumo não estava tecnicamente coletado e, portanto, não
821abarcava todas as possibilidades de insumos necessárias. E houve a proposta
822da ANFAVEA no que diz respeito à exceção conforme os órgãos competentes.
823Nós enviamos um comunicado ao coordenador do Grupo de Trabalho
824esclarecendo e falando que a proposta da ANFAVEA, a alternativa da
825ANFAVEA, na sua avaliação, ela precisa de uma avaliação jurídica, de uma
826análise jurídica. Portanto, não nos sentimos competentes, no âmbito do Grupo
827de Trabalho, em uma Câmara Técnica de controle e qualidade ambiental,
828avaliar. Porque as suas consequências e a sua análise de fundo é jurídica. E
829que, ao contrário do que nós proporíamos, é que uma nova reunião do Grupo
830de Trabalho, para se melhorar tecnicamente, junto com todos os técnicos,
831inclusive da própria ANFAVEA, o conceito de insumo. E, de lá para cá, veio a
832decisão da Câmara Técnica. Então, nós não nos opomos à proposta da
833ANFAVEA, até mesmo porque não nos sentimos em condições de avaliar a
834sua adequação que é a avaliação jurídica, e não técnica.

835

836

837**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu só queria fazer uma
838observação de caráter mais metodológico, para que, que está apresentando,
839não confundir um pouco. Porque assim, quando for, nós estivermos avançando
840na discussão depois, eu vou ter que aprovar o texto base. Então, em princípio,
841para mim, porque eu acho que é um elemento importante que todos devemos
842considerar nessa discussão. O texto base é o que está em preto. Na realidade,
843o que está em cor são destaques. Então já apresentamos antes... Só que

844esses destaques não têm quem defenda. Eu acho que são... Todos os azuis,
845então, são do instituto, é isso? Porque eu estou vendo aqui a memória da
846reunião... Não é isso. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Então, eu
847gostaria que depois gradativamente durante a conversa fosse se identificando
848quem é responsável por qual emenda. Só uma questão de método porque,
849senão, como é que nós trabalhamos aqui? Nós aprovamos um texto base, não
850tendo problemas de emendas, sem prejuízo de emendas. Mas, na realidade,
851nós estamos com várias emendas, e nós temos que ver... Sem nomes, e saber
852que é o responsável por essas emendas. Isso acaba afetando a dinâmica da
853reunião, porque nós ficamos sem saber de onde é que vêm essas propostas.
854Não flui. Então, eu queria só pedir na medida em que a discussão for
855avançando, para uma discussão de caráter geral nesse primeiro momento, o
856pessoal vai se identificar.

857

858

859 **A SR^a MARIA CRISTINA YUAN (CNI)** – Eu fico feliz de o presidente dizer que
860 estava um pouco confuso porque eu também fiquei com muitas dúvidas.
861 Algumas delas já foram esclarecidas com a fala do coordenador Cláudio e pelo
862 Márcio de qual seria o objetivo dessa proposta de emissão. Porque a minha
863 primeira pergunta era exatamente essa: já havendo Resolução no CONAMA
864 que estabelece limites de emissão de veículos, limites a serem atendidos, a
865 meu ver, a forma como eles seriam atendidos era problema de quem tem que
866 atender, assim como estabelece, nós aprovamos recentemente a Resolução
867 sobre fonte fixas estabelecendo padrões de qualidade, padrões de emissões. A
868 forma como cada tipologia vai atender vai verificar dentro de melhor viabilidade
869 técnica e econômica. Então, a minha primeira questão e que eu trago à
870 consideração dos meus colegas de Câmara e do presidente é: se caberia esse
871 tipo de determinação, se estaria dentro das competências legais do CONAMA?
872 Porque interfere no mercado nas atividades econômicas, principalmente alguns
873 artigos como, por exemplo, o art. 3º. Então, eu gostaria de saber, presidente,
874 se seria possível, até por uma questão de recursos econômicos de todos nós
875 que nos deslocamos para cá e tudo mais, se o teor, não na forma final, mas o
876 conceito aqui expresso já teria sido objeto de uma análise da área jurídica do
877 Ministério do Meio Ambiente ou do próprio IBAMA. Porque o primeiro passo
878 seria esse: se do ponto de vista do próprio Ministério do Meio Ambiente, o que
879 está disposto aqui teria a cobertura legal dentro do que está expresso em lei,
880 Decreto, sobre as competências do CONAMA. Esse é o primeiro ponto que eu
881 gostaria de trazer. Também registrar que, segundo me informaram os
882 representantes ANFAVEA, nem todas as sugestões feitas estão aqui. Parece
883 que já houve uma pré-avaliação do grupo do que seria aqui incorporado em
884 termos de emenda ou não. E como disse também a representante do IEMA,
885 quer dizer, não ficou absolutamente claro de que insumos estão se tratando
886 aqui nessa proposta de Resolução. Então, assim, me parece que o texto em si
887 careceria aí de um maior aprofundamento ou detalhamento, porque quanto
888 mais vago for o texto de uma regulamentação, maior insegurança jurídica se
889 criará e também dificultará a sua própria implementação. Então, eu vejo, quer
890 dizer, tem dois estágios aqui: a primeira seria uma avaliação da área jurídica,
891 da Procuradoria Jurídica Ministério, do Ministério do Meio Ambiente ou do
892 próprio IBAMA sobre o que está aqui disposto, se insere dentro da
893 competência do CONAMA para dispor sobre matérias desse tipo; e o segundo
894 era da questão do desdobramento do texto, de que forma nós poderíamos
895 ajustar para que, em não sendo, pudesse se ajustar às competências legais o
896 CONAMA; e terceiro, um aperfeiçoamento porque insumos ou garantir a
897 disponibilidade diretamente ou por terceiros, eu não sei como por terceiros
898 você poderá assegurar a disponibilidade de qualquer coisa. Nós temos o
899 exemplo claro que é o exemplo do Etanol. Nós todos, várias pessoas
900 compraram carro um tempo atrás movido a Etanol, e o Etanol, por uma questão
901 de mercado, por uma questão de disponibilidade do insumo, não foi ofertado no
902 mercado. Regras de mercado, a ordem econômica das coisas. Então, isso não
903 pode estar divorciado do que se dispõe mais uma vez aqui, como eu falei, em
904 relação à matéria anterior, não pode estar divorciado dessa ótica ambiental.
905 Nós estamos falando de realidade. Então, embora tenhamos todas as melhores
906 intenções, em termos de proteção do meio ambiente, da qualidade do ar e
907 tudo, isso tem que ser feito de tal que se ajuste aos fatos concretos. Então,
908 assim, se não existir oferta, não haverá como cumprir, e não há como o

909fabricante que depende de terceiros garantir isso. Ele não pode ser penalizado
910por isso. Nós vivemos, estamos vivendo nesse momento uma severa crise
911mundial, onde as coisas estão muito mais inseguras. Então, eu acho que as
912coisas têm que ser analisadas dentro desse contexto. Então, são essas as
913minhas primeiras observações de caráter geral, e naturalmente durante a
914evolução das discussões nós podemos oferecer outras contribuições.

915

916

917**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A ideia é abrir essas questões
918mais gerais e realmente tem questões aí que nós vamos ter que amadurecer.
919Eu queria que o Cláudio e o Márcio fossem recolhendo essas observações,
920para depois fazermos algumas observações gerais.

921

922

923**A SR^a. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME)** – Bom
924dia. Eu queria comentar duas coisas: uma, colocada pelo Volney, da
925metodologia da apresentação da matéria, que está trazendo uma certa
926dificuldade de identificação, porque nós temos uma proposta, como texto
927inicial; tem também várias proposições que estão na página; e em seguida se
928deu destaque ao início da matéria hoje pelas colocações da proposta da
929ANFAVEA. Então, eu acredito que nós temos que rever o início desse trabalho
930hoje aqui. Eu sugiro que nós peguemos, inclusive, a proposta do Grupo de
931Trabalho porque tem mais detalhado o que cada um colocou, e fazer essa
932dinâmica, como é costume. Em seguida, a minha preocupação e exatamente a
933que a Cristina Yuan colocou: a competência nossa de estarmos aqui legislando
934situações que talvez não estejam no âmbito do CONAMA, tipo o que se tem no
935art. 1º § 1º e 2º, principalmente o 2º, que vem como a proposta que a
936ANFAVEA coloca uma exceção, e que ela vem, então, tirar a responsabilidade
937do fabricante nesse assunto. No art. 3º, exatamente o que a Cristina colocou,
938eu estava aqui também já anotado, trazer para vocês que isso é uma situação
939de reserva de mercado. Então, nós estamos entrando num mérito de questões
940econômicas, de política, de País, e que nós temos que rever se devem fazer
941isso por aqui. Eu acho que a proposta de se buscar uma análise jurídica da
942abrangência dessa Resolução, e de estarmos aqui querendo construir de que
943forma e qual é o conteúdo que ela teria que ter, tirando esses fatos que não
944são ambientais. É basicamente isso que eu gostaria de deixar.

945

946

947**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos fazendo uma rodada.
948Quem quiser fazer observações, eu vou deixar as minhas mais para o final.

949

950

951 **O SR. HENRY JOSEPH JUNIOR (ANFAVEA)** – Eu queria fazer só alguns
952 comentários iniciais. Primeiro, o entendimento da ANFAVEA. Nós achamos
953 inevitável que esse texto ainda não está suficientemente maduro no Grupo de
954 Trabalho para ser trazido à Câmara Técnica. Por esse motivo que a ANFAVEA
955 solicitou que fosse feita mais uma reunião do Grupo de Trabalho, até por
956 entendermos que tem uma série de pontos que estão abertos e que mereciam
957 uma discussão um pouco maior. O segundo ponto é que o plano de fundo
958 dessa discussão dessa proposta de Resolução surgiu com a entrada com a
959 Resolução que trouxe novos limites de emissões para os veículos diesel de um
960 modo em geral, sendo que, para o atendimento desses novos limites de
961 emissões nos veículos diesel, já se sabia que duas coisas seriam importantes:
962 uma de que nós precisaríamos de um diesel, com uma melhor qualidade, com
963 um menor teor de insumos, que levou a toda uma discussão que acabou
964 acontecendo, hoje isso já está em fase de implantação, temos a garantia de
965 que esse diesel estará disponibilizado no mercado. É o segundo ponto é que
966 uma das tecnologias que seria necessária para o atendimento desses limites,
967 requeria uma solução que é chamada arla 32, uma solução que vai fazer com
968 que a tecnologia de pós-tratamento do veículo possa funcionar. Quanto à
969 questão do diesel, a discussão pelo menos era mais centrada, porque se sabia
970 que a questão do diesel nós tínhamos a Petrobrás para produzir o diesel,
971 fizeram uma discussão muito forte com a Petrobrás, ou ainda com a
972 possibilidade de importação de um diesel que hoje já é fabricado em vários
973 lugares do mundo. Com essa questão da arla 32, a grande dúvida é quem faria
974 essa solução de Ureia, onde se encontraria essa solução de Ureia, porque era
975 uma coisa absolutamente nova no mercado brasileiro. A nós, fabricantes,
976 sempre tivemos uma tranquilidade com isso, porque nós nos espelhávamos na
977 questão europeia, onde essa tecnologia também foi introduzida, e o mercado
978 europeu, vários fabricantes apareceram produzindo essa produção de Ureia,
979 que veio a permitir que essa tecnologia fosse empregada. E nós imaginávamos
980 que, aqui no Brasil, até pelo aspecto econômico, o que essa produção dessa
981 solução de Ureia traz, não havia dificuldade que nós tivéssemos no mercado
982 brasileiro fabricantes dispostos a disponibilizar essa solução de Ureia no
983 mercado. Só que, como esse veículo ainda não estava no mercado,
984 obviamente ainda não havia a venda de solução de Ureia. Então, sempre
985 houve uma dúvida se, no dia em que o veículo estivesse no mercado, essa
986 solução de Ureia estaria presente no mercado ou não. Eu acho que foi esse o
987 plano de fundo que levou os agentes ambientais a entenderem que precisariam
988 criar uma resolução onde os fabricantes de veículo seriam responsáveis
989 também, no caso de essa solução de Ureia não aparecer no mercado, de tal
990 modo por isso que por isso chamaram de insumo, onde que nós fabricantes, se
991 inventamos uma tecnologia que precisa de uma solução de Ureia, nós
992 deveríamos ser responsáveis para que essa solução de Ureia também fosse
993 disponibilizada. Nós fabricantes sempre tivemos uma tranquilidade muito
994 grande, porque primeiro tecnicamente não é difícil de ser produzida. O Brasil
995 tem produção de Ureia. Nós temos condições de fazer isso. Ureia no Brasil já
996 era utilizado em grande quantidade, inclusive, até como adubo na produção, na
997 agricultura. E tínhamos certeza de que isso iria acontecer, porque há um
998 atrativo muito grande na venda dessas soluções de Ureia. E hoje, nós não
999 temos mais dúvidas quanto a isso. Tanto que temos isso, a BR anunciou que a
1000 Petrobras terá marca própria para o arla 32. E hoje foi lançado o flúor, que é a

1001solução de Ureia que a Petrobras vai lançar no mercado. O próprio Ministério
1002de Minas e Energia fez uma reunião, e a segundo reunião que aconteceu agora
1003no dia 21 de setembro, sobre o abastecimento nacional de diesel S50 e arla 32.
1004E nessa reunião (eu tenho cópia da ata aqui), os fabricantes da Ureia
1005presentes na reunião garantiram que estariam produzindo isso; a própria BR
1006Distribuidora garantiu que estaria distribuindo isso, como acabou acontecendo
1007mesmo. O Sindicon garantiu que esse produto estaria sendo disponibilizado
1008através dos postos de abastecimento. Ou seja, todo o plano de fundo que traz
1009a garantia de que o produto está no mercado está aqui. Os veículos estão
1010sendo lançados a partir da semana que vem. Haverá uma feira em São Paulo
1011que é a Fenatran 2011, onde que se imagina que pela primeira vez os veículos
1012que vão atender à nova fase estarão sendo lançados. E a nossa visão é de que
1013isso começará a partir daí, com a venda desses veículos, esses produtos
1014começarão realmente a estar no mercado. O nosso entendimento à aquela
1015preocupação maior que levou a essa proposta dessa Resolução, de certo
1016modo, está ultrapassado porque a coisa está acontecendo como imaginava.
1017Agora, a questão é um pouco mais abrangente que isso, porque na medida em
1018que a própria Resolução propõe que os fabricantes sejam responsáveis pelos
1019insumos, e a definição de quais são os insumos é uma coisa bastante delicada
1020de ser feita, a ponto de que se inicialmente se imaginava que até o próprio
1021combustível seria o insumo (e aí veio essa ideia de que aquilo que já tivesse
1022uma regulamentação própria, não precisaria estar abrangido, e foi retirado dali),
1023por outro lado, fica uma questão muito aberta sobre quais insumos estarão no
1024futuro podendo ser, e é óbvio que para nós fabricantes nunca vamos estar
1025lançando alguma coisa que depois seja invendável. Nós partimos do princípio
1026de que o produto para ser aceito, o próprio usuário daquele produto precisa ter
1027segurança naquilo que vai estar utilizando e vai estar comprando. Então, no
1028nosso modo de ver, a questão é totalmente superada, mas entendemos ali que
1029precisaria haver realmente mais uma reunião desse Grupo de Trabalho, para
1030nós podermos discutir um pouco mais. E tem esses outros aspectos que foram
1031levantados, da questão jurídica e tal, que nós entendemos que precisaria ser
1032melhor discutido. Obrigado.

1033

1034

1035**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Se não tiver ninguém inscrito,
1036vou pedir para o Cláudio. Essa questão do aspecto jurídico que vocês
1037consultaram como é que foi?

1038

1039

1040**O SR. CLÁUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – O aspecto jurídico nós não
1041consultamos. Duas reuniões nós repassamos o texto original. Houve as
1042contribuições para todo mundo e ficaram pendentes esses dois pontos que
1043seriam trazidos, seriam mandados para a discussão na Câmara Técnica. Foi
1044essa combinação. Nós achamos, nós entendemos que fazer nova reunião para
1045discutir dois pontos de conceitos seria desnecessário no caso. Mas se houver
1046necessidade nós até podemos convocar uma reunião se assim houver
1047entendimento não tenho nenhum problema.

1048

1049

1050 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Existem vários imprevistos que
1051 podem tirar daqui, primeiro é a ideia que nós esclareçamos realmente os
1052 objetivos e entremos em alguns detalhes para pegar esses aspectos aí que o
1053 próprio representante da ANFAVEA apresentou que o preocupam. Tem essa
1054 questão jurídica que de competência que ela é também relevante a Câmara de
1055 Assuntos Jurídicos vai de uma certa forma se ater a essa esse aspecto, é
1056 claro que nós também não vamos perder tempo ficar discutindo coisas que
1057 depois podem ser totalmente repetido. Então é importante que nós também
1058 consideremos esse aspecto aqui, mas nós podemos resolver isso de várias
1059 maneiras uma delas, por exemplo, tem um instituto claro que pedido de vista
1060 que nós podemos fazer e aí eu vejo que tem algumas questões que poderiam
1061 ser coordenados dentro desse pedido de vista para tentar ver se são possíveis
1062 de convergência, ou se a Câmara entende não tiver maduro suficiente pedir até
1063 um trabalho complementar essa questão. Então alternativas nós temos, mas eu
1064 acho que o mérito ninguém nega que existe uma necessidade de que nós nos
1065 preocupamos até porque esse é o caminho daqui para frente cada vez a cadeia
1066 que vai estar envolvida de bens e serviços ambientais, está envolvida nessas
1067 soluções ela vai ser maior e nós temos que ter elementos de garantir uma certa
1068 coordenação desse processo parte coordenação ó mercado que vai fazer e
1069 tem outras que talvez tenha que ter regulamentação para facilitar esse
1070 processo, mas eu vejo que a ideia é ter algumas questões bem fundamentais
1071 que ainda estão muito claras que precisam ser amadurecidos

1072

1073

1074 **SR^a. MARIA CRISTINA YUAN (CNI)** – Dentro de tudo foi dito e seus
1075 comentários presidente, a minha sugestão seria que se consultasse a
1076 Procuradoria Jurídica do Ministério para que se posicionasse, porque se trata
1077 realmente aí de otimizar os trabalhos das Câmaras Técnicas não faz nenhum
1078 sentido nós discutirmos, depois o assunto ir para a CTAJ e voltar, quer dizer,
1079 então nós já discutiríamos o conteúdo técnico dentro de uma parametrização
1080 jurídica legal, respaldo legal a ser óbito através de um parecer da área jurídica
1081 do próprio Ministério. E com isso então se trabalharia dentro do próprio Grupo
1082 de Trabalho eu creio que há uma visão de várias pessoas sobre a necessidade
1083 de trabalhar melhor os conceitos, e aí esse assunto já viria para a Câmara
1084 Técnica de uma forma mais, vamos dizer assim, clara.

1085

1086

1087 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Alguém gostaria de fazer alguma
1088 observação? Rudolf.

1089

1090

1091 **SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Eu proporia ao coordenador do GT que
1092 houvesse mais uma convocação do GT nas formas das reuniões anteriores, e
1093 eu fico pensando como é uma proposta oriunda do IBAMA talvez a PROGE do
1094 IBAMA pudesse fazer alguma consideração prévia a respeito dessas questões.
1095 E que isso antecederesse essa reunião do GT que poderia ser convocada. Eu
1096 acho que seria mais interessante do que se houvesse um pedido de vistas
1097 agora meio que interrompe o trabalho do GT.

1098

1099

1100 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - O Doutor Rudolf faz essas
1101 considerações que basicamente têm essas duas vertentes, uma vertente
1102 próprio IBAMA fazer essa consulta a PROGE sobre essa questão da
1103 competência e também já tentar burlar no âmbito do Grupo de Trabalho
1104 algumas questões que apareceram aqui, e a volta também já quando voltar já
1105 volta de uma forma mais adequada de apresentação também. Eu acho que se
1106 houver concordância da todos e a do nosso coordenador nós poderíamos
1107 sair daqui com esses encaminhamentos, que o IBAMA vai fazer essa consulta
1108 e paralelamente a essa consulta vai reunir o GT para acertar algumas questões
1109 de conceitos que eu acho que vai ficar um trabalho meio pesado, a única
1110 maneira de fazer isso é nós pedirmos vistas e nós fazemos isso no âmbito de
1111 um pedido de vista uma certa coordenação e em última análise o propósito
1112 GT foi criado para fazer isso. Vendo assim que a proposta de encaminhamento
1113 é essa gostaria que os componentes da Câmara avaliassem a pertinência.

1114

1115

1116 **A SRª. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME)** – Eu
1117 entendo assim, é mais objetivo esse encaminhamento que o Rudolf colocou
1118 para evitar um pedido de vista, mas é importante que antes da convocação da
1119 próxima reunião do GT já se tenha uma análise da PROGE efetiva. E eu
1120 entendo que também essa análise também antes de convocar a reunião ela
1121 seja disponibilizada para os membros da Câmara Técnica antes da convocar a
1122 reunião, para que nós tenhamos ciência de que qual é de fato o corpo, o
1123 conteúdo que tem essa Resolução qual vai ser realmente a abrangência de
1124 competência do conteúdo porque eles vão ter que se reunir para adequar a
1125 análise jurídica da matéria. Então e. Então eu peço essa gentileza que seja
1126 primeiro feita avaliação da PROGE, seja disponibilizado para todos os
1127 membros do GT e membros da Câmara Técnica. E quando houver convocação
1128 já se tenha esse conhecimento prévio do que poderá constar dessa Resolução

1129

1130

1131 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Christina, eu só tenho uma
1132 preocupação que, às vezes, na vida real a coisa não é bem assim, nós
1133 sabemos que essas consultas com existências jurídicas elas às vezes elas
1134 levam algum tempo e nem sempre volta aquilo que você perguntou. A minha
1135 sugestão que fizesse essa reunião do GT e para retornar para a Câmara
1136 Técnica nós precisávamos ter esses dois pontos clareados. É claro que não
1137 gostaria de colocar essa condição para o trabalho do GT, mas que ao retornar
1138 retornasse e se possível adotar esse encaminhamento que a Doutora Cristina
1139 está pedindo aqui, mas nós sabemos que essa questão de tempo dentro das
1140 nossas instâncias jurídicas são complicadas, eu tenho várias vezes já fiz
1141 consulta essa instância jurídica do Ministério e só depois que tiver discutido é
1142 que eu vou me posicionar é uma questão clara, então claro que nós vamos
1143 encaminhar vamos fazer a sugestão, mas o que eu não gostaria de criar para o
1144 GT porque isso é ma avaliação devemos ver esses perfis se tiver o GT, não
1145 agora que o Grupo de Trabalho já está implementado, acho que Seria
1146 recomendável Doutor Cláudio.

1147

1148

1149A **SR^a. MARIA CRISTINA YUAN (CNI)** – Presidente, eu acho o que Grupo de
1150Trabalho na verdade já tem um primeiro produto que ó texto que nós tomamos
1151conhecimento, que já poderia ser avaliado pela área jurídica. Eu entendo as
1152dificuldades internas do Ministério o IBAMA, mas eu acho que para maior
1153eficácia e efetividade do grupo em termos de orientação, há que se ter alguma
1154orientação da área jurídica porque senão o grupo corre o risco de trabalhar aí
1155sai o parecer da área jurídica, a área jurídica fala não é assim é assado e nós
1156vamos ter que rediscutir tudo novamente, se precisar alguma moção de reforço
1157da Câmara Técnica para se dar em caráter da urgência nós podemos fazer
1158coisas desse tipo, mas acho que é de todo necessário eu creio que não sei se
1159as outras instituições aqui representados poderiam colaborar da parte de CNI,
1160nós vamos trabalhar em uma análise jurídica também do assunto e oferecer
1161encaminhar ao Ministério do Meio Ambiente como uma contribuição nossa.

1162

1163

1164O **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A minha sugestão é que
1165tentássemos não vincular como uma recomendação, mas não tenho nenhum
1166problema.

1167

1168

1169O **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** - Queria passar a
1170palavra para Dr^a. Kamyła.

1171

1172

1173A **SR^a. KAMYLA B. CUNHA (IEMA)** – Uma consideração, como parte como
1174membro do GT as duas questões claras dizem respeito a duas propostas
1175diferentes de delimitação da responsabilidade. Uma é a proposta da ANFAVEA
1176que delimita a partir dos órgãos competentes, em minha avaliação para nós
1177podemos analisarmos essa proposta ANFAVEA de forma coerente e adequado
1178é uma avaliação muito mais jurídica do que técnica. Então o GT que é de
1179caráter técnico com membros técnicos e engenheiros e etc. em minha opinião
1180não teria condições de avaliar a adequação dessa proposta. A única proposta
1181que fizemos nosso instituto é uma proposta que qualifica e conceitua em cima.
1182Se o GT puder se reunir se reunir uma vez e falar vamos acatar a segunda
1183proposta aí sim caberia um trabalho do GT para avaliar tecnicamente a
1184abrangência esse conceito a sua delimitação, a sua definição e assim por
1185diante. Agora voltar uma reunião do GT para se discutir duas propostas sendo
1186que uma tem um caráter muito mais jurídico e não cabe o técnico, eu não sei
1187se o GT teria condições de deliberar de realmente avaliar em profundidade as
1188duas questões dado o caráter do GT a menos que fosse incorporadas ao GT
1189pessoas com Feedback ou know-how jurídico.

1190

1191

1192O **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Perfeito, então me parece a
1193defesa ali Cláudio, por favor, que há necessidade de criar alguns aspectos
1194jurídicos. Eu acho que já está na proposta. Então se faça essa consulta se
1195reúna o GT só que uma questão nós vamos precisar prorrogar o GT por mais 6
1196meses o prazo do GT está vencendo. E aí retorna a esta Câmara após,
1197primeiro fazer essa análise jurídica depois essa análise jurídica reunir o GT e
1198em a partir dessa interpretação jurídica pautar, balizar as opções que vocês

1199vão ter que fazer na sua discussão. Pode ser assim? Então também pergunto
1200se alguém é contrário então a prorrogação do GT por mais 6 meses? Então
1201consideramos na aprovada a prorrogação do GT e com isso o Dr. Cláudio tem
1202mais um trabalhinho para fazer. Ok nós ficamos a disposição também para
1203ajudar a própria consultoria do Ministério pode ajudar nesse processo aí
1204jurídico. Gente, a ideia nós vencemos os dois pontos de pauta, vamos passar
1205para os informes talvez nós consigamos até encerrar hoje pela manhã ainda. O
1206que vocês acham aí? Eu achei que talvez os pontos iam se estender um pouco
1207mais. Então eu queria convidar o coordenador do GT que está trabalhando aí
1208em cima do que a Resolução 421 define, tem relação com a 344 que é a
1209famosa a Resolução de dragagem que o Dr. Robson nos desse um informe
1210sobre os andamentos do trabalho que nós estamos ansiosos para já se
1211debruçar sempre essa proposta que deve vir do GT Dr. Robson.

1212

1213

1214 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – Bom dia a todos. A experiência
1215 nessa revisão a 344 está sendo muito interessante, muito boa, muito
1216 cooperativa o grupo tem respondido bem aos estímulos, à necessidade de uma
1217 ação cooperada e coordenada para essa revisão. Basicamente o Grupo ele é
1218 composto por representantes de diversos portos entre eles porto de Rio
1219 Grande, porto de Santos, do Pará também tem outros portos que de vez
1220 enquanto aparecem também. Representante de órgão de Meio Ambiente
1221 como INEA, CETESB, e IEMA do Espírito Santo também tem uma
1222 representação nós conseguimos uma articulação com ABEMA que de vez
1223 enquanto vem uma representação de Minas Gerais para participar o grupo.
1224 Nós temos a relatoria da CEEP secretário de portos e do Ministério de
1225 transportes, nós temos também a ANTAQ, nós temos Marinha participando do
1226 GT, Nós temos também representações das associações de terminais
1227 privativos. Então o grupo abrange uma ampla de técnicos inclusive também
1228 tem lembrando agora o representante da hidrovia do Paraguai. Então ele
1229 abrange tanto a parte marítima quanto os interesses em relação as águas
1230 interiores. Até o momento já foram realizados 4 reuniões a primeira foi em
1231 junho, a segunda em julho, a terceira em setembro, a quarta no final de
1232 setembro, e a quinta vai ser realizado a partir de amanhã 19/20 e 21 no Rio de
1233 Janeiro no INEA. Na primeira reunião conforme foi solicitado pela Câmara
1234 Técnica foi discutido o termo de referência aprofundada a questão do VLT, do
1235 VP também se discutiu bastante quais seriam os itens comuns da Resolução
1236 que poderia abranger tanto essa parte de águas marítimas, quanto a parte das
1237 águas interiores já que nós temos duas relatorias, dois interesses nessa
1238 Resolução. Já na segunda reunião nós tivemos umas apresentações de
1239 balizamento homogeneizar a linguagem, homogeneizar também alguns
1240 conceitos. E a partir já mesmo da terceira reunião, é que foi se debruçar sobre
1241 o conteúdo técnico, o conteúdo efetivamente da Resolução. E nessa terceira
1242 reunião é que já ocorreu a implantação dos subgrupos dessa terceira reunião
1243 alguns temas escolhidos pelo grupo foram divididos nos dois sub-grupos,
1244 águas marítimas e águas interiores para a discussão de alguns pontos e
1245 depois a relatoria apresentou os resultados desses entendimentos ocorridos no
1246 sub-grupos. O que é interessante que já nessa quinta reunião que começa
1247 amanhã, nós já vamos ter um texto formatado da futura Resolução revisados,
1248 um texto formatado da à luz da 344 e as orientações da 421 a partir de amanhã
1249 nós vamos ter um texto do que poderá vir a ser a nova Resolução. Esse texto
1250 ele foi consolidado a partir da visão dos relatores das duas relatorias, mas com
1251 dos insumos do grupo. Isso é bastante interessante. Existe um ponto porque
1252 que nós vamos fazer a reunião amanhã no INEA a partir de amanhã no INEA?
1253 Porque existiam alguns assuntos como é que está dividido a reunião no INEA
1254 amanhã? O primeiro dia vai ser um seminário específico onde os
1255 pesquisadores, cientistas, o pessoal da academia ele vai debater alguns pontos
1256 que precisam de pensarem em conjunto, pensar mais gente em conjunto que
1257 são aqueles pontos relacionados aos níveis de tomada de decisão, efeitos
1258 agudos, efeitos crônicos para que definir valores é necessário pensar mais em
1259 conjunto. Então nós vamos fazer a reunião lá já justamente para permitir que a
1260 CEEP, o pessoal da COP, (...) lá mande os seus pesquisadores que
1261 participaram da elaboração do banco de dados, também para facilitar o que
1262 pessoal de São Paulo vá lá para o Rio de Janeiro. Então a ideia é amanhã
1263 nesse primeiro dia fazer um seminário específico para discutir pontos bastante

1264técnicos, bastante científico da Resolução. E aí os dois dias seguintes voltam o
1265Grupo de Trabalho normal nós discutindo à luz dos resultados do primeiro dia e
1266também das outras matérias que são discutidos no grupo. O grupo está
1267andando muito bem tem respondido como fale. Agora o esforço é para verificar
1268se nós conseguimos ainda este ano fechar a Resolução. O esforço pré isso,
1269mas seria interessante por prudência que no final nós sempre ficamos alguns
1270pontos, eu tenho que passar um pente fino apesar de já ter uma boneca dessa
1271primeira Resolução que venha a ser Resolução, seria prudente estabelecer
1272talvez um pouco mais de prazo para que o grupo feche com uma maneira
1273tranquila sem estar pressionado, e sempre no final pode surgir um ponto aqui e
1274outro lá que precisa maior detalhamento ou uma discussão talvez até âmbito
1275político um pouco mais o que seria o grupo técnico, mas talvez seja prudente
1276estender um pouco o prazo do GT. Nós recebemos também uma
1277correspondência recente da ANTAQ apesar de elogiar a coordenação do
1278grupo, colocando alguns pontos para dois pontos de preocupação da ANTAQ
1279quais seriam? O primeiro ponto seria em relação à questão dos níveis de
1280tomada de decisão. Porque dentro do grupo os portos principalmente o porto
1281doe Santos, o porto do Pará eles têm colocado o seguinte, dois níveis de
1282tomada de decisão, mas a Resolução não é clara quanto ao fato de quando
1283que não pode dispor no mar, por exemplo. Quando então talvez exigisse um
1284terceiro nível daquele corte a partir daqui não pode e acabou. Então justamente
1285esse seminário que nós estamos fazendo no Rio é para responder essa
1286questão. E seminário é justamente para discutir isso. Então eu não entendi
1287muito bem a preocupação da ANTAQ já que o seminário está sendo elaborado
1288com o apoio da CEEP de todo mundo para discutir esse (...), o pessoal da
1289academia definir com prudência com bastante discussão esse ponto. O outro
1290ponto que a ANTAQ coloca é em relação a remissões, a ANTAQ expressou
1291uma preocupação quanto alguns pontos que não estão bem definidos em
1292algumas Resoluções, por exemplo, em exemplo claro a Resolução da 344 ela
1293não fala muito bem o que fazer quanto a disposição em solo. A disposição em
1294solo, mas a 344 é de 2004 só depois anos depois é que veio a Resolução
1295sobre solos contaminados. Então obrigatoriamente você tem que fazer a
1296remissão. Então nesse nesses pontos que talvez a ANTAQ esteja preocupada
1297é que nós talvez no final precisássemos passar um pente fino isso é normal
1298passar em pente fino, verificar que pode ser ou que não pode ser, mas a
1299relatoria é da CEEP e do Ministério do Transporte, então, mas está tudo sendo
1300discutido não tem nada que me chamasse atenção, que pudesse despertar
1301uma enorme preocupação está tudo tranquilo. A Patrícia Bozon Conselheira
1302dessa Câmara Técnica também está participando já participou de várias
1303reuniões está acompanhando de perto com bastante com o seu conhecimento,
1304com sua sagacidade também e ponderação ela tem colocado alguns pontos
1305para nós. Então a Câmara Técnica tem um representante dentro do grupo isso
1306é muito bom, nos dá também segurança que nós estamos a caminhando de um
1307resultado que agrada a Câmara e também seja um salto de qualidade para o
1308país. Um outro ponto que eu gostaria de levantar e que a ver com esses níveis
1309de tomada de decisão é o seguinte, quando a Resolução 344 ela foi feita o país
1310não tinha série histórica de relação a dragagem, análise, classificação de
1311sedimento o que deveria ser feito, e só que nós estamos em 2011 e passaram
13127 anos em 7 anos houve muito licenciamento, muita pesquisa, muitos dados
1313que foram coletados em laboratórios que foram analisados a CEEP elaborou os

1314seus bancos de dados, fez uma análise de consistência, o MAPA também
1315participou disso fazendo algumas correções, algumas ponderações. Então o
1316que acontece? Antes nós poderíamos praticamente adotar e como foi feito uma
1317referência internacional pegou-se um pouco do Canadá, pegou- ser um pouco
1318dos Estados Unidos. Só que depois que houve passaram esses 7 anos e a
1319própria CEEP fez o banco de dados com análise de consistência,
1320necessariamente para você alterar a tabela você precisa se aprofundar nesses
1321resultados, quer dizer é uma comparação. Por exemplo, arsênio, a arsênio por
1322todos os estudos que foram aparecendo seria natural um valor mais alto aqui
1323no Brasil, o valor natural seria mais alto, então não teria sentido que a
1324Resolução ser mais restritivas se os valores todos que aparecem é mais alto.
1325Então nós precisamos passar por uma análise comparativa desse banco de
1326dados o que aconteceu. Então essa é uma ponderação a ser feita antes podia-
1327se adotar qualquer coisa tomar como referência o relatório perfeito, mas agora
1328não, nós precisamos passar por uma análise comparativa desses dados.
1329Finalmente para concluir isso eu já coloquei talvez fosse necessário a extensão
1330um pouco denso do trabalho desse grupo, para que ele possa de maneira
1331tranquila fazer o seu trabalho apresentar uma Resolução bastante consistente,
1332bastante robusta em termos de diminuir dúvidas. E a grande modificação que
1333nós estamos fazendo e de fato sair uma Resolução que tratava apenas de
1334classificação de sedimento para uma Resolução de gestão de material
1335dragado. Os elementos que nós estamos colocando dentro da Resolução muda
1336os parâmetros. Antes era classificação, nós estamos mudando de fato para
1337gestão. Colocando elemento que antes não estavam previstos na Resolução
1338como uma forma mais clara o uso benéfico a questão do auxílio isenções e
1339tudo mais. É isso coordenador.

1340

1341

1342**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Só uma questão que me chamou
1343atenção, até quando o Grupo de Trabalho está vigente?

1344

1345

1346**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – Ele é até fevereiro no máximo.

1347

1348

1349**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Fevereiro? Eu acho não.

1350

1351

1352**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – A Resolução 421 vence em
1353fevereiro.

1354

1355

1356**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não, o Grupo de Trabalho?

1357

1358

1359**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – O Grupo de Trabalho 6 meses.

1360

1361

1362**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ele começou quando?

1363

1364

1365 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – Ele começou em junho.

1366

1367

1368 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ele vai até dezembro.

1369

1370

1371 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – É.

1372

1373

1374 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Nós trabalhando eu só queria só

1375 que avaliasse já estenderia esse Grupo de Trabalho aqui, ou se nós

1376 trabalhamos num cenário, porque nós não temos um informe depois sobre o

1377 Regimento Interno, e nós não temos recomposição das Câmaras, talvez fosse

1378 um pouco mais os coordenadores talvez fosse um pouco recomendável nós já

1379 aprovarmos essa extensão para não ficar com Grupo descoberto. Eu ia fazer

1380 essa sugestão aqui que eu queria depois avaliasse aí, por favor.

1381

1382

1383 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** - Rapidamente sobre

1384 as duas questões que você colocou. Primeiro sobre os valores de solo

1385 encontrados que têm que haver uma caracterização, para que não haja muitas

1386 vezes uma desculpa de que os poluentes se encontram no solo ele é originário

1387 da região em uma concentração maior. Esse levantamento sobre a

1388 característica dos solos de dragagem ou do fundo de mar está sendo

1389 realizados, existe esse levantamento quem tem essa caracterização é o

1390 primeiro ponto. O segundo, a questão da disposição final como você disse é a

1391 gestão final do processo. Nós sabemos que na Europa esse material é

1392 “comercializado” no fundo do oceano se abre em valas e ali é depositado o

1393 material e ele fica contido. E aqui nós trabalhamos em uma situação de

1394 aspersão a dragagem no oceano, e parte acaba sendo levados pelas correntes

1395 marinhas e partes depositam no fundo. Isso acaba comprometendo de uma

1396 forma que vai para a cadeia alimentar e aí parar também no nosso sangue.

1397 Então como é que vocês estão trabalhando esses dois aspectos.

1398

1399

1400 **SR. JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA (Governo de SP)** – Eu corroboro a
1401colocações do Robson nós temos, eu não participei efetivamente de nenhuma
1402dessas reuniões ainda eu devo ir ao Rio de Janeiro depois de amanhã, mas eu
1403tenho ouvido os meus colegas da CETESB que corroboram exatamente isso
1404que isso que o Robson colocou aqui, o progresso que tem ocorrido na revisão
1405da Resolução ao contrário do que aconteceu na primeira tentativa de revisão
1406que aconteceu há 2 anos atrás. Que por uma questão inclusive do próprio
1407descumprimento do mandato que o grupo tinha, acabou não concluindo
1408satisfatoriamente o trabalho que cabia naquela época aquele grupo. E o
1409Robson colocou também de uma forma muito feliz a situação de que o texto da
1410Resolução hoje ele não só preconiza os aspectos do gerenciamento em si que
1411é fundamental, mas acima de tudo a questão da gestão. E lembrando que o
1412país de fato teve um esforço grande nos últimos anos em levantar e
1413sistematizar as informações de qualidade que é algo fundamental de ser feito,
1414porque basicamente nós tínhamos 3 ou 3 portos no país que tinha essas
1415informações de forma organizada e hoje nós podemos ver que ainda não de
1416uma forma, ainda não de uma forma totalmente completa, mas nós temos pelo
1417menos 20 portos hoje com informações importantes de qualidade. Sem isso
1418você não tem condições algum de poder ter qualquer possibilidade de tomada
1419de decisão. Então, esse trabalho foi efetivamente concluído. Apontou,
1420obviamente, algumas limitações, que o Brasil tem uma característica
1421gigantesca em termos de áreas, de laboratórios, principalmente, da parte de
1422laboratórios atenderem as demandas analíticas que não são tão simples assim.
1423Nós sabemos que essas demandas são complexas. Mas, que são
1424fundamentais para permitir, como o Doutor Bocuhy colocou agora, uma
1425segunda tomada de decisão com relação à destinação mais adequada dos
1426materiais que são dragados desses portos. A questão da destinação ela passa
1427ainda no Brasil por um vício grande que é basicamente fundamentado na
1428questão logística, a questão econômica, que é fundamentalmente uma
1429destinação oceânica. Esse é um comentário que tem que ser feito porque nós
1430ainda estamos voltados para essa questão efetivamente da distensão oceânica
1431por causa desses aspectos. Já no caso do exterior, nós temos, por exemplo,
1432países como os Estados Unidos que passam a ter decisões muito mais
1433voltadas, inclusive para a questão do uso benéfico que é uma questão que
1434ainda cabe em uma certa visão de criação de uma cultura no Brasil, tendo em
1435vista que o assunto ainda é recente e padece ainda de ter um tempo maior de
1436avaliação para se poder avançar nessa questão. Então, nós ainda estamos
1437muito focados, ainda na questão da distensão oceânica, em São Paulo, nós já
1438temos uma área saturada porque recebemos cerca de 12, 13 milhões de
1439metros cúbicos. Essa área hoje já está em uma condição de “*stewed stak*”, de
1440estado estacionário e a Codesp, então, buscando o aprofundamento do canal
1441de Santos, ela licenciou uma área com ISOBA para 20, mais distante, com
1442menor influência de impacto ao bioma e que passou, portanto, a receber
1443quantidades significativas de material dragado, permitindo uma área bem maior
1444do que a área original e permitindo, portanto, o impacto menor decorrente
1445desses lançamentos. Mas, no fundo eu acho que o processo está
1446encaminhando, corroborando com as palavras do Robson, eu acho que nós
1447estamos hoje com uma visão mais sistêmica da questão da dragagem e que
1448certamente com a revisão da Resolução ela poderá trazer um impacto positivo
1449para a questão do gerenciamento e gestão do material dragado. A única

1450 questão que eu coloco, também corroborando das palavras do Robson é que
1451 de fato em função do detalhamento técnico que estão sendo tratado na
1452 Resolução, notadamente a questão dos valores orientadores e também o
1453 critério de tomada de decisão, nós não podemos correr o risco de ter um
1454 trabalho tão importante quanto esse e chegar ao final ter que acelerar o
1455 desenvolvimento disso em função do prazo, de um prazo estritamente
1456 delimitado. Então, nós entendemos que isso até era uma proposta que eu
1457 estava para conversar com o Robson, foi até bom que ele estivesse aqui para
1458 nós podermos dividir essa opinião, infelizmente, nós concordamos nessa
1459 posição, nós achamos que devido à própria dificuldade técnica de certos
1460 aspectos específicos, nós, lá da CETESB, temos percebido essa necessidade
1461 de amadurecer um pouco mais a avaliação desses temas para que possamos
1462 ter um documento mais que digno para as necessidades do País.

1463

1464

1465 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Obrigado Bevilacqua. Alguém
1466 gostaria de fazer mais algum comentário? Eu tenho só essa proposta que eu
1467 acho que talvez fosse adequada, prevendo que nós vamos ter esse processo
1468 de divisão das câmaras, talvez nós fizéssemos uma prorrogação já, o prazo
1469 dele é 7 de dezembro, então, garantir ao GT uma extensão de prazo para que
1470 pelo menos esse período mais de final de ano já esteja garantido na medida
1471 em que houver disponibilidade, nós nos reunimos e continuamos tocando a
1472 agenda independente da consulta novamente a Câmara Técnica. Então, eu
1473 consulto se alguém é contrário nós propormos a extensão de prazo para seis
1474 meses para o Grupo de Trabalho? Ok. Ninguém é contrário. Por unanimidade
1475 já estendemos o prazo do Grupo de Trabalho. Com isso eu acho que nós
1476 concluímos esse ponto. Eu passo a palavra para o Robson para as
1477 considerações finais.

1478

1479

1480 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (MMA)** – Com relação ao que foi colocado
1481 pelo Dr. Bocuhy, como o próprio Bevilacqua falou, a realidade nacional de 2004
1482 com relação a 2011 mudou muito, nós tínhamos poucos portos de fato com
1483 uma base de dados sistematizada e, em 2011, nós já temos pelo menos oito
1484 portos com banco de dados da CEEP e a CEEP já está incluindo mais outros
1485 portos no programa dela que não estavam nessa primeira etapa e eu acho que
1486 é bom nós relatarmos uma dada mudança no próprio perfil dos portos. Os
1487 portos estão mais avançados talvez no dia a dia com relacionamento com os
1488 órgãos de meio ambiente e as necessidades, na prática, em (...), estão mais
1489 avançados hoje em dia nas demandas e necessidades de mudar do que nós
1490 mesmos. Isso eu já constatei dentro do próprio grupo, às vezes, as
1491 necessidades, as colocações deles são mais avançadas do que as próprias
1492 agências e o próprio setor federal de portos. Isso é claro, está claro. A
1493 caracterização do solo está bastante sistematizada, a CEEP fez um excelente
1494 trabalho, eu não posso deixar de elogiar, o Bevilacqua tem colaborado também
1495 em algumas reanálises, algumas orientações também, nós vamos ter esse
1496 seminário amanhã. Então, estou bastante tranquilo com relação a isso. Com
1497 relação à questão do cortinamento que é a questão das cavas, que é muito
1498 utilizada nos Estados Unidos e aqui pouco utilizada, ela é um dos itens que nós
1499 estamos introduzindo das opções que nós estamos introduzimos, como o

1500 Bevilacqua, hoje em dia ou até pouco tempo atrás a primeira opção era jogar
1501 no mar, apesar de que o Brasil pela Convenção de Montego que orienta para
1502 que só faça isso em último caso. Então, esse cenário está mudando, além
1503 disso, nós estamos colocando elemento dentro dessa nova Resolução que deu
1504 um leque de opções, além de expor no mar. Então, é por isso que nós estamos
1505 já estamos introduzindo o conceito de usos benéficos, revendo a questão da
1506 disposição que não precisa ser somente no mar, não precisa pode ser,
1507 digamos assim, um espalhamento, pode ser um confinamento, usando técnicas
1508 modernas que já são utilizadas em portos no Rio de Janeiro, São Paulo, por aí
1509 isso já está acontecendo. Agora, só para corroborar com o Bevilacqua, as
1510 opções que estão sendo colocadas e mudando a Resolução de fato que era de
1511 classificação para gestão, nós estamos colocando elementos de gestão tanto
1512 para os órgãos de meio ambiente que tem um bom leque também de opções,
1513 para os portos, a única coisa que preocupa e aí que nós temos que (...), a
1514 própria Câmara também quando receber a Resolução, temos que pensar que,
1515 como o Bevilacqua contou, o Brasil não é homogêneo. Então, nós precisamos
1516 também trabalhar em algum ponto, isso eu também tenho discutido com o
1517 pessoal no Grupo de Trabalho é como poderíamos dar elementos, mecanismos
1518 para que os órgãos do meio ambiente possam entender a nova Resolução.
1519 Isso é um ponto bastante importante dessa mudança. Ok. Obrigado.

1520

1521

1522 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Obrigado Robson. Então, eu
1523 queria agradecer pelo talento e disposição e parabéns pelo trabalho que o
1524 grupo está conduzido. Essa é uma resolução importantíssima e que igualmente
1525 nós temos que enquanto se gaste tempo para tentar encaminhar. Então, com
1526 isso, esse ponto está encerrado. Eu agradeço mais uma vez ao Robson e
1527 passamos para o próximo ponto em relação a esse informe sobre o Regimento
1528 Interno, que a doutora Adriana diretora do CONAMA vai fazer.

1529

1530

1531 **SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Bom dia. Só acrescentar antes
1532 de começar a falar sobre o Regimento. O Robson, eu não sei se é do
1533 conhecimento de todos, agora é o gerente de projetos aqui do CONAMA, o
1534 diretor substituto, então, o Grupo de Trabalho conta com alguém que hoje está
1535 fazendo parte do dia a dia do CONAMA, auxiliando profundamente na
1536 condução dos trabalhos. O CONAMA passou por uma reformulação do seu
1537 Regimento Interno, um processo longo, mas bastante democrático e bastante
1538 discutido, contou também com a presença de várias pessoas que estão aqui
1539 nessa Câmara Técnica, Soraggi, Soares, Cristina Yuan, da PROAM, Bocuhy, a
1540 Cristina do MME, então são vários conselheiro aqui, o Volney participando pelo
1541 Ministério ativamente. Na última Plenária do CONAMA foi aprovado texto do
1542 Regimento, esse texto passou por observações finais dos conselheiros na
1543 medida em que poderia ter havido uma questão de redação, está hoje na
1544 Consultoria Jurídica e nós imaginamos que para a Plenária de novembro ele
1545 estará já publicado. Isso significa que os segmentos todos indicarão os seus
1546 novos representantes para as câmaras técnicas porque no começo do ano nós
1547 tínhamos conseguido uma extensão desse prazo já que não fazia sentido
1548 mudar a composição de Câmara Técnica duas vezes em um tempo curto.
1549 Então, agora em novembro já muda os representantes e houve uma fusão e

1550extinção de algumas câmaras técnicas. No caso específico desta, nós temos
1551agora uma Câmara que se chama Controle Ambiental e a atividade dela é de
1552licenciamento e controle de atividades industriais, minerárias, energéticas e de
1553infraestrutura. E uma outra Câmara Técnica foi reformulada que é a de
1554qualidade ambiental e gestão de resíduos e aí ela passa a agregar questões
1555como saneamento, resíduos, padrões para operacionalização de
1556responsabilidade pós-consumo, proteção da qualidade ambiental, em especial,
1557águas, áreas e solos. Critérios técnicos para a avaliação de áreas críticas,
1558saturadas ou em vias de saturação. E critérios para a avaliação de normas
1559emitidas pelo CONAMA. Então, com essas duas câmaras técnicas, o que eu
1560pediria para os senhores seria verificar junto aos seus segmentos o interesse
1561de participação em quais delas, porque os assuntos que hoje tramitam por
1562essas duas serão via configurados com a nova competência. Talvez nós não
1563tenhamos tempo, eu não sei qual é a avaliação do Volney exata para fazer uma
1564nova reunião dessa Câmara pós-Regimento Interno neste ano. Porque se a
1565Plenária é no final de novembro, dezembro, nós temos duas semanas e aí
1566dezembro já seria com uma composição nova. Então, se precisar haver alguma
1567reunião dessa Câmara com esta composição, caso se queira ainda encerrar
1568alguma coisa, ela tem que ser feita no próximo mês, antes da Plenária de
1569novembro. Então, com esse breve esclarecimento, volto à palavra ao Volney.

1570

1571

1572**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Bom, eu acho que Adriana nos
1573atualizou sobre essas questões relacionadas ao Regimento que vão ter
1574impacto, na realidade, essa Câmara aqui vai acabar de certa forma assim,
1575dividida em duas câmaras. Seria importante não perdemos o acúmulo que nós
1576já tivemos aqui nessa nova indicação de representantes, que nós passemos
1577essa experiência para os novos representantes e não sei se teria algum
1578esclarecimento ou alguma observação até porque eu ia fazer uma incidência
1579sobre essa questão da agenda da Câmara Técnica para 2012, mas eu acho
1580que não faz sentido até dentro desse novo contexto. É mais no sentido de nós
1581refletirmos porque realmente nós tivemos uma atividade intensa nessa
1582Câmara, se nós olharmos as plenárias do CONAMA, uma grande parte das
1583plenárias foi objeto de discussão das plenárias com resoluções que foram
1584injetadas aqui nessa Câmara, os Grupos de Trabalho todos, desempenharam
1585um bom trabalho. Mas, nós temos uma agenda para frente. Hoje mesmo o
1586Bocuhy aqui apresentou toda essa discussão relacionada aos padrões de
1587qualidade do ar, nós temos uma agenda, vamos ter adiante ali a questão da
1588dragagem. Então, eu acho que as nossas instituições aqui têm que alimentar o
1589CONAMA de propostas e eu acho que com essa nova dinâmica das outras
1590câmaras também nós vamos ter uma relação de coordenação e sinergia com
1591as outras câmaras também deverá ser feito. O fato de termos uma divisão
1592dessa Câmara não quer dizer que nós perdemos essa coordenação entre a
1593questão de qualidade, a questão dos procedimentos de licenciamento, que são
1594questões que estão no dia a dia da gestão ambiental, que não é simplesmente
1595uma redefinição de caixinhas que vai mudar a realidade. Eu acho que todos
1596nós temos claro esse processo. Eu queria deixar a palavra à disposição.

1597

1598

1599O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) – Bom, como a Adriana
1600falou, nós vamos ter a reunião do CONAMA 23 e 24. Então, nós já devemos
1601até lá termos uma definição qual do Governo, estado e município, mas eu acho
1602importante que se tenha uma reunião ainda dessa Câmara Técnica no formato
1603que se encontra e na próxima reunião listar todos aqueles que estão em
1604andamentos, que estão no meio do caminho, que estão voltando para nós
1605vermos realmente, esquematizadamente, que pertencem às câmaras técnicas
1606novas, criadas para conversarmos e vemos aqueles que estão em andamento
1607e aqueles que podem ainda esperar uma ou duas reuniões acompanhe para
1608não perder o andamento da discussão. Então, eu acho interessante porque
1609pode ser que algum Grupo de Trabalho que mesmo que pertencer para uma
1610outra, na divisão, para outra Câmara Técnica, ele esteve em fase de conclusão
1611e se fosse levar essa proposta para uma reunião, nós fechamos e acabamos.

1612

1613

1614O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Só para esclarecer, nós temos
1615dois GTs hoje, um é de dragagem, que deu esse informe, e outro é o GT do
1616PROCONVE, do Cláudio, que teve se apresentando. Então, são esses únicos
1617dois GTs que nós temos em andamento.

1618

1619

1620O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) – Tem alguma proposta
1621do Grupo de Trabalho lá e ver que a Câmara Técnica vai ficar pertencendo de
1622fato.

1623

1624

1625O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) - É só para lembrar o
1626Volney da nossa preocupação, o PROAM trabalha na expectativa de buscar
1627novos instrumentos de gestão em função da precariedade do licenciamento
1628ambiental dá conta da sinergia, da sinergia de impactos de vários
1629empreendimentos e prejudica muito os empreendedores também porque eles
1630que definem onde vão empreender o quê e aí o órgão ambiental fica sem muito
1631parâmetro muitas vezes para orientar o setor produtivo. Nesse sentido de que
1632se nós avançarmos na perspectiva de melhor monitoramento, eu acho que
1633você estão pensando isso, indicadores também para que possamos fazer um
1634zoneamento sobre capacidade de suporte ambiental no Brasil que seja um
1635background para essas decisões no licenciamento ambiental, isso orientaria
1636sobre maneira as áreas saturadas, as regiões, como São Paulo, por exemplo,
1637que tem uma grande sinergia ou atividades de impactos, só que o CONAMA
1638tem que pensar em uma forma de sistematizar isso e com uma metodologia
1639que garanta essa normatização, senão muitas vezes esses zoneamentos
1640podem ocorrer por conta dos estados sem muito interesse num padrão
1641metodológico que atenda, inclusive a nossa especificidade tropical, de grande
1642biodiversidade, nós temos insistido nisso que o Brasil importando o modelo
1643anglo-saxônico do estudo de impacto ambiental, ele está perdendo muito a
1644possibilidade de entender a sensibilidade sobre os nossos ecossistemas que
1645são muito mais ricos e também sobre as nossas comunidades que são muito
1646mais vulneráveis. Então, nós avançarmos nos indicadores e avançando na
1647perspectiva de estudos de capacidade de suporte eu acho nós criamos novos

1648instrumentos orientadores que seriam importantes para o desenvolvimento do
1649País.

1650

1651

1652**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria só fazer um
1653comentário, se vocês me permitem, com relação à questão que o Doutor
1654Bocuhy está trazendo, nós do Ministério do Meio Ambiente, nós estamos
1655fazendo um processo muito forte de definição de um painel nacional de
1656indicadores. Nós estamos trabalhando já com consultorias e nós estamos
1657amadurecendo agora o processo que vai ter em torno dos 40 indicadores
1658dentro desse painel e é um processo de discussão que nós devemos abrir com
1659os estados, provavelmente, no início do ano que vem, nós começamos esse
1660processo de discussão com os estados. Só que isso não vence uma discussão
1661maior que é realmente de um sistema nacional de indicadores e nós estamos
1662também estruturando uma agenda com o próprio IBGE agora, sendo o órgão
1663responsável por essa agenda de estatística oficial do País e a própria questão
1664do Sistema Nacional de Informações de Meio Ambiente e aí nós estamos
1665também amadurecendo o projeto que nós fizemos, trazer mais adiante, nessa
1666linha do Sistema Nacional de Informações de Meio Ambiente e queremos puxar
1667também na discussão em cima de monitoramento em nível nacional,
1668principalmente, na qualidade do ar. Então, essa questão de, nós temos que ter
1669uma noção de construir uma agenda nacional em cima dessa temática, não
1670agenda nacional ser agenda de licenciamento ou agenda simplesmente de
1671controle, que é importante, ela não está obsoleta, mas ela tem que diminuir a
1672sua relevância na política nacional de uma forma geral. Então, nós estamos
1673trabalhando, até me dispõe, na próxima Câmara, eu não sei se é de controle ou
1674de qualidade nós virmos aqui trazer o informe sobre essa questão do painel de
1675indicadores.

1676

1677

1678**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** - Permita que nós
1679façamos essa discussão, eu acho que isso é importante para que se abra uma
1680discussão sobre esse processo que estrategicamente você vê, mas que
1681quando nós perguntamos a você, você nos responde, isso está contemplado
1682dentro da nossa visão X. Eu acho que o Conselho Nacional de Meio Ambiente
1683teria essa prerrogativa de discutir essas questões maiores e, naturalmente, eu
1684acho que uma das obrigações do Ministério é trazer para a sociedade, para
1685esse fórum, aquilo que vocês estão pensando em termos de planejamento,
1686instrumentos para isso. Então, talvez posse muito interessante, Volney, para
1687diminuirmos essa distância entre nós ou aprendermos um pouco é que vocês
1688promovessem o seminário, no sentido de nós construirmos, pelo menos nivelar
1689informação, antes de passar para uma metodologia.

1690

1691

1692**O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA/ES)** – Primeiro ponto, a Dra.
1693Adriana já se retirou, eu queria saber se já foi externado as instituições para
1694que essas se manifestassem com as indicações de nomes, tendo em vista
1695inserção, nova composição. E o segundo ponto, pegando carona na fala do Dr.
1696Bocuhy, na sua resposta, Presidente, isso é um fato interessante realmente
1697porque nós temos lá no Estado do Espírito Santo, especificamente eu acredito

1698que em outros estados também, algumas áreas onde nós indicamos que elas
1699são relevantes para a conservação. Só que existe uma portaria do MMA
1700também falando sobre isso. Só que, às vezes, existem situações de indicações
1701da ANTAQ, que são áreas relevantes para a implantação portuária. E, às
1702vezes, elas coincidem tanto com a portaria do MMA como a indicação estadual
1703de áreas relevantes, realmente essa discussão precisa ser avançada e muito.
1704Doutor Bocuhy, o senhor me permite, eu discordo um pouco de seminário, eu
1705acho que isso tem que ser muito mais profundo, tem que ser uma aproximação
1706cinética e constante para evitar exatamente essa sobreposição, eu diria que
1707talvez até uma ingerência, eu não estou dizendo que o IBAMA faz isso
1708intencionalmente, não é isso, mas para evitar exatamente esse tipo de situação
1709e nós estamos abertos a sentarmos e discutirmos realmente essas situações.

1710

1711

1712**A SR^a. CHRISTINA VASCONCELOS (MME)** – Então, eu queria reforçar o que
1713o colega do Espírito Santo, a dúvida, Adriana, quando você colocou que nós
1714teríamos que se posicionar e com uma nova composição, continuidade dessas
1715instituições de segmentos avaliar e se colocar. E, em seguida, o Volney,
1716levantou o trabalho que a Câmara Técnica tem dentro dessa lógica aqui e tem
1717feito nesses últimos tempos, eu acho que nós trabalhamos bem em conjunto,
1718fizemos muita coisa acontecer, tivemos uma coordenação fantástica pelo
1719Volney, que soube conduzir momentos de tensões. Então, tudo isso foi ótimo, o
1720CONAMA está de parabéns e houve realmente um trabalho que pode se
1721apresentar. Agora, como nós vamos nos posicionar aí, o representante do
1722Espírito Santo levantou, vocês farão alguma correspondência solicitando, qual
1723vai ser o método adotado? Isso é importante para nós, não só de Governo
1724Federal, eu acredito que com os estados também vai ser a mesma dificuldade,
1725os municípios, para todos. Então, nós, cientes de como isso vai acontecer, nós
1726até podemos começar a se ajustar que não vai ser nada fácil. Então, eu
1727acredito também que a proposta do nosso representante da FURPA em fazer
1728uma reunião antes da Plenária de novembro, eu acho que não é interessante
1729porque realmente eu acho que vocês vão apresentar o trabalho que está em
1730andamento por cada Câmara até entregar nesse momento, uma Câmara nova
1731receber como está o *checklist* dali dentro daquele contexto. Então, eu acho que
1732nós não temos assim assunto de relevância, de urgência para se resolver isso.
1733Eu acho que hoje aqui nós tomamos todas as medidas, até as moções para
1734estender os GTs nós já providenciamos. Então, eu acho que agora o trabalho
1735tem que se centrar mesmo é na composição e na representação.

1736

1737

1738**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Então, nós temos um
1739Regimento aprovado, mas ainda não publicado e está na fase da Consultoria
1740Jurídica. A expectativa nossa de prazo é que ele já esteja publicado com
1741antecedência mínima da convocação da Plenária. Então, por ocasião da
1742convocação da Plenária é que nós diríamos que o os segmentos têm o prazo
1743até a Plenária fazerem as suas indicações de membro nas Câmaras Técnicas.
1744Então, isso é o cenário com o qual nós estamos trabalhando. E aqui fica
1745realmente assim, uma informação prévia já possibilitando um ajuste, uma
1746discussão maior porque efetivamente essa foi a Câmara Técnica mais
1747produtiva, que realmente fez com que as divergências fossem encaminhadas,

1748debatidas tecnicamente, aqui o reconhecimento ao Volney e aos membros
1749todos porque efetivamente faz diferença, nós percebemos, como CONAMA,
1750isso. Faz diferença o método, a maneira de atuar para que se chegue lá na
1751frente.

1752

1753

1754**O SR. LUÍS EDUARDO SORAGGI (ANAMMA Nacional)** – A composição das
1755instituições muda quando?

1756

1757

1758**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Muda a representação. Você
1759tem dois representantes de cada segmento. Agora, se vai continuar, por
1760exemplo, o Governo de São Paulo e o Governo do Espírito Santo é uma
1761questão interna da ABEMA. E assim sucessivamente.

1762

1763

1764**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Embora eu não esteja
1765com informe, mas eu queria levantar três assuntos importantes. Primeiro, a
1766questão do Código Florestal, nós não estamos tendo no momento uma posição
1767de como está em nível de Congresso e Senado. Nós apresentamos na época
1768uma proposta da audiência pública no Senado envolvendo o CONAMA e não
1769recebemos nenhuma resposta se existe, se vai ocorrer o convite ou a
1770participação do CONAMA nessa discussão ou com convidados ou como
1771participante de uma audiência pública no Senado. Então, vemos setores
1772diversos, de forma específica ou isolada, mas o CONAMA, eu acho que o
1773CONAMA não foi até agora prestigiado para ser ouvido dentro da discussão do
1774Senado sobre as mudanças do Código Florestal. A outra, nós fizemos o ofício,
1775fizemos o pedido, mas não recebemos até hoje uma informação porque não
1776aconteceu ou se em nível de Congresso ou de Senado tem alguma promessa
1777de incluir o CONAMA nessa ampla discussão do Código Florestal Brasileiro
1778que está aí correndo pela tangente, mas nós estamos perdendo o controle total
1779das discussões, Bocuhy, nós estamos perdendo totalmente o controle,
1780totalmente está fora do controle a discussão, está vindo setores mais fortes,
1781mais poderosos, então monitorando a situação. A outra é a Rio+20. Nós vamos
1782ter a Rio+20 e não temos nenhuma preparação nem em nível de discussão
1783nem um seminário para ver uma agenda do Governo através do CONAMA para
1784ser colocado na pauta, mas estamos sabendo que (...) internacional, mas o
1785CONAMA não está sequer participando nem de uma elaboração de uma
1786agenda. Então, a Rio+20 está acontecendo em junho, no Rio de Janeiro, e nós
1787estamos aqui sem saber quais são as prioridades que devem ser colocadas
1788para uma discussão global. A outra coisa é a 4^o Conferência Nacional do Meio
1789Ambiente, que a 3^o Conferência aconteceu em 2008 e a sociedade está
1790cobrando, pedindo que nós cobremos do Ministério informações se vai
1791acontecer a 4^o ou se não vai mais acontecer essa sequência. O Ministério da
1792Saúde está providenciando uma Conferência Nacional de Saúde e o Ministério
1793do Meio Ambiente a última que fez foi em 2008. Será que nós não temos tanto
1794assunto para levar e envolver a sociedade, se vamos ter a Rio+20, temos uma
1795série de problemas. São três temas importantes, o Código Florestal, a
1796audiência pública que nós não sabemos, a Rio+20, como o CONAMA vai ser

1797envolvido e a 4° Conferência Nacional de Meio Ambiente, que a última
1798aconteceu, 3°, em 2008.

1799

1800

1801(*Interferência fora do microfone. Inaudível*)

1802

1803

1804**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Então, Francisco Soares, a
1805questão do Código Florestal, o gabinete da Ministra encaminhou o pedido e eu
1806não tenho retorno sobre isso, mas efetivamente nós fizemos uma proposição
1807para que o CONAMA participasse das discussões, as discussões de qualquer
1808maneira estão acontecendo, enfim, estão colocadas no âmbito do Senado e eu
1809só não tenho um retorno quanto isso específico desse pedido. A Rio+20, o
1810tema vai estar na pauta, vocês vão receber, os conselheiros vão receber um e-
1811mail, com um texto provocativo só sobre informes da Rio+20 e uma discussão
1812já e isso vai estar na pauta da próxima Plenária. Uma ampla discussão Então,
1813o texto nosso com informes sobre o site, o link e etc. serve só como um
1814aquecimento para que nós cheguemos à Plenária um pouco mais dentro do
1815tema e na próxima Plenária vai haver um espaço para essa discussão . A 4°
1816Conferência não é exatamente uma questão do CONAMA, eu não sei se o
1817Volney teria...

1818

1819

1820**SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Eu não tenho um detalhamento,
1821eu sei que nós fizemos previsão orçamentária que passou por mim, isso eu sei.
1822Agora... Fica difícil agora falar no futuro para essa Câmara Técnica porque nós
1823estamos mudando, mas eu acho pode consultar lá a secretária de articulação
1824institucional que deve, a Dr^a. Samyra, o Doutor Paraguaçu, o próprio Geraldo,
1825que é o diretor lá que trata da questão da Conferência. Eu acho que esse seria,
1826sobre essa informação de curto prazo é melhor. Tem 100% planejado a
1827previsão orçamentária, essa questão da 4° Conferência, tem um processo que
1828já está andando. Tanto é que na discussão do Plano Plurianual houve um
1829destaque para esse negócio da participação e a questão da Conferência.
1830Então, eu acho que não me parece que vai haver problemas aí, é claro que são
1831processos, agora são vários processos que estão acontecendo ao mesmo
1832tempo, o Código Florestal, Rio+20 e a própria Conferência que tem relação ,
1833mas tem de ser tratado de uma forma específica cada um deles. A questão da
1834Conferência, eu realmente não tenho esse informe agora sobre a questão
1835específica de quando vai ser, mas é um processo que quando começar vai ser
1836detonado e vai envolver com certeza o CONAMA, como nas outras também foi.
1837Então, gente, eu acho que era essa a nossa pauta de hoje, nós fomos mais
1838rápidos do que o esperado. Avançamos bastante. Eu queria agradecer todos, a
1839reunião foi muito efetiva. (*Palmas!*). Eu queria agradecer Adriana que tem
1840coordenado o processo, a Daline, Gerin e todo o nosso pessoal aqui que está
1841dando apoio à reunião. E realmente é fundamental esse processo de registrar
1842as nossas reuniões, que eu tenho me servido, eu acho que tem servido a
1843todos, esse processo cria uma memória e é fundamental para... Gente, muito
1844obrigado e bom retorno a todos.